



**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016
CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO
Cáceres/MT, 22, 23 e 24 de agosto de 2016**

01 | Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, no Auditório
02 | “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont, nº 1.095,
03 | Bairro DNER, em Cáceres-MT, inicia-se a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e
04 | dezesseis do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade do
05 | Estado de Mato Grosso – UNEMAT; sob a presidência da professora Dra. Ana
06 | Maria Di Renzo (Reitora da UNEMAT/Presidente do Conselho), a qual foi
07 | secretariada por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-se presentes os
08 | conselheiros: Ana Maria Di Renzo, Ana Aparecida Bandini Rossi, Luiz Fernando
09 | Caldeira Ribeiro, Elias Antônio Morgan, Luiz Carlos Chieregatto, Heloisa Salles
10 | Gentil, Lóriége Pessoa Bitencourt, Jesus Vieira de Oliveira, Maria do Socorro de
11 | Souza Araújo, Marcelo Leandro Holzschuh, Ralf Hermes Siebiger, Hilton Giovanni
12 | Neves, Jairo Luis Fleck Falcão, Elei Chavier, José Leonildo Lima, Ana Cassia
13 | Silva Possamai, Vandoir Holtz, Helena Soares Ramos Cabette, Edson Júnior
14 | Heitor de Paula, Kleber Pelícia, Emivan Ferreira da Silva, Hélio Vieira Júnior,
15 | Vandersézar Casturino, Celice Alexandre Silva, Isaias Munis Batista, Ocimar
16 | Edson de Oliveira, Everton Almeida Barbosa, Clades Zimmermann, Andressa
17 | Rodrigues Santos Carciolari, Joniel Santana da Silva, Jorge Silveira Dias, Eder
18 | Correia Salomão, Reginaldo Lopes Alencar, Steffano Scarabottolo, Howenda
19 | Nibetab Baganha. A presidente solicita aos presentes para se coloquem de pé
20 | para homenagear a professora Edileuza com um minuto de silêncio. A
21 | professora Vera Maquêa profere a leitura do Poema “Em uma estrada de lua
22 | cheia”. A presidente após os cumprimentos passa ao expediente da sessão com
23 | os informes. Lembrando o respeito ao movimento com pauta de luta e ainda
24 | solicita aos senhores conselheiros o exercício da paciência para o cumprimento
25 | do semestre letivo. Que a UNEMAT nos pertence e é preciso se ter muita
26 | paciência uns com os outros. E ainda reforça que a pauta é bastante extensa e
27 | que é preciso se pensar numa pauta de CONEPE *on line* mas ainda não é
28 | possível. Passa a palavra ao pró-reitor de planejamento e desenvolvimento
29 | institucional o qual após os cumprimentos informa sobre o contingenciamento do



01 orçamento para custeio e investimento, sob o argumento da Casa Civil referindo-
02 se à folha de pagamento. Fala sobre o teto orçamentário para 2017 e a política
03 para definição orçamentária, esclarecendo sobre a lei específica homologada
04 pelo estado. Informa que os repasses orçamentários aos câmpus está em dia. O
05 pró-reitor Alexandre Porto informa a retomada dos editais suspensos devido à
06 greve e que em reunião foi decidido pela execução da Jornada Científica
07 prevista para novembro. Informa ainda sobre o PROEXT e a decisão de não
08 abertura para formalização de convênio sem o pagamento anterior. A pró-reitora
09 de ensino manifesta que a pauta da PROEG é extensa e lembra quanto ao
10 vestibular que será realizado. Que não será realizada a reunião de gestores, que
11 será um evento mais enxuto, interno, e com base nas avaliações da edição
12 passada e ainda quanto as reflexões, inclusive a partir das comissões de baixa
13 procura e evasão, será focada para estes pontos o evento em Cáceres. Que foi
14 possível realizar inscrição de todos os alunos no ENADE, e que neste ano os
15 ingressantes não farão provas por determinação do MEC. Quanto ao PIBID se
16 espera que o programa continue, porém está previsto apenas até 2018. Em
17 relação ao FOCCO será realizado eventos em três câmpus, e que está
18 acontecendo o edital de vagas remanescentes com a previsão aprovada neste
19 conselho. Que ainda será realizado mais dois editais neste ano. Quanto à
20 creditação da extensão está sendo discutido pelas pró-reitorias e esta deve ser
21 uma política regulamentada na instituição. Que ocorreu o fim do “Ciência Sem
22 Fronteira” e reforça que nossos estudantes não são bilíngues. Relata que na
23 câmara de graduação da ABRUEM foram discutidos temas como a baixa
24 procura e outras aqui discutidas como a política de permanência, mas é preciso
25 lembrar que os estudantes de fato abandonam a universidade e isto não é
26 diferente internacionalmente. E é preciso se preocupar, pois estamos formando
27 um cidadão para atuar na sociedade, abrindo uma reflexão entre o que está
28 sendo formado e a necessidade do mercado. O Pró-reitor de Gestão Financeira,
29 após os cumprimentos, informa quanto às despesas a serem executadas em
30 apenas três dias, e isto é para todo o estado e depois se fecha para cumprir a
31 folha de pagamento. Que algumas ações estão sendo realizadas em relação à
32 descentralização para os câmpus como bolsas e estagiários, evitando prejuízos



01 em relação a pagamentos. Que a pró-reitoria está sempre de portas abertas a
02 todos. O Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação informa sobre a finalização de
03 bolsas de iniciação científica, além das bolsas de pós-graduação que tiveram
04 aumento significativo e já está sendo buscado mais bolsas para 2017. Informa
05 quanto aos editais abertos e quanto ao financiamento e que está sendo pensado
06 como executar da melhor maneira possível. Que a CAPES está mostrando
07 indícios que será muito dura as propostas de pós-graduação e com aprovação
08 apenas para 2018. Que em relação ao edital estruturante a instituição foi
09 contemplada com dois projetos via FINEP e mais quatro projetos. Que está
10 sendo desenvolvido novo sistema GPO, quanto ao parque tecnológico a
11 instituição ampliou o acesso e está sendo pensado o formato de gestão para o
12 parque. Quanto ao workshop está sendo pensado três ainda este ano por polos,
13 com datas espremidas. O Pró-reitor de Assistência Estudantil deseja um bom
14 trabalho e lembra que algumas atividades foram paralisadas e que agora se
15 retoma com força as discussões neste conselho. Que em relação aos auxílios
16 está sendo pensado um calendário para pagamento e apenas se terá novo edital
17 de auxílio no outro semestre. E que em relação PNAEST não se teve edital em
18 2015 e 2016. Que no ERAU será discutido um plano de assistência estudantil
19 visando melhorar a política de permanência do acadêmico na universidade. O
20 Pró-reitor de Administração Valter Gustavo Danzer informa quanto a seletivos e
21 contratações de professores, que em relação à prorrogação de contratos com
22 encerramento em julho e como justificativa deveria ser devido à greve, mas
23 contratos com atrasos no seu encaminhamento não entraram em folha e tiveram
24 que aguardar todo o movimento para entrar em folha. Dos contratos de julho,
25 cerca de cento e setenta encerravam contratos nesta data. Que se tem prazo
26 para encaminhar os contratos evitando atrasos no pagamento e que estes
27 possivelmente entrarão em folha em setembro, porém esses processos em
28 atrasos foram decididos pela reitoria, inclusive em assumir a multa, por
29 encaminhamento fora do prazo e a sua prestação de conta. Que são decisões
30 que pesam todas as circunstâncias inscritas na universidade, inclusive o
31 pedagógico e a responsabilidade com os acadêmicos e não apenas
32 concentradas na reitoria ou na pró-reitoria. Que todos os contratos foram



01 autorizados, exceto aqueles que não tem justificativa, sob a condição de aditivo
02 até 31 de dezembro, porém pode haver problemas com o retorno de efetivos em
03 janeiro, além da questão do calendário acadêmico. Que cada contrato tem uma
04 especificidade, não dá para ter o mesmo encaminhamento, com algumas
05 exceções. Que inicialmente se pensou em fazer a renovação até o término do
06 semestre 2016/1. Que estão suspensos os seletivos em decorrência do ano
07 eleitoral, não sendo possível contratar a partir de sete de julho, que está sendo
08 estudado isto, pois o pleito é municipal. E que novamente será uma decisão da
09 reitoria, que é preciso saber o limite, e que todos os ex-reitores respondem sobre
10 isso. Que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é o maior e melhor do
11 país e este impõe regras e prazos para atender princípios da publicidade. A
12 presidente esclarece que TCE orienta uma linha e a PGE outra, que está sendo
13 resolvido e a PGE está fazendo novo texto autorizando o seletivo. Que houve
14 uma primeira reunião sobre a informatização do processo de contratação e que
15 espera maior agilidade na contratação e ainda que seja realizado no próprio
16 câmpus e ainda que este faça a prestação de contas. Reforça quanto à
17 preocupação com o recadastramento que a instituição está com apenas 60% e
18 isto vai travar salário. O vice-reitor informa sobre o número de docentes da
19 universidade e em relação à dotação orçamentária. Este é um procedimento do
20 governo para cobrir folha de pagamento de outros órgãos. Que necessita de
21 trezentos e trinta milhões para fechar as contas em 2016. A presidente explica
22 que está sendo estudada esta questão do orçamento, que foram constituído três
23 grupos de trabalho e que será apresentado neste conselho sobre a infraestrutura
24 que está em andamento. Que em relação ao concurso de técnico já havia sido
25 discutido anteriormente ao compromisso do governo um quadro de vagas. Sobre
26 o concurso docente primeiro está sendo levantadas as vagas por um grupo de
27 trabalho, que não será concurso generalizado. O terceiro grupo de trabalho
28 sobre gatilhos e orçamento sendo discutidos alguns pontos relevantes. Que
29 quando se fala em assumir enquanto reitora não é tão simples, pois se corre o
30 risco de responder por improbidade administrativa e que é preciso se tomar
31 cuidado com as falas, pois o governo Taques é uma coisa e o Estado é outra. A
32 presidente apresenta a professora Áurea que irá assumir a assessoria de



01 relações externas. A professora Áurea manifesta que está disposta a contribuir
02 com a gestão da professora Ana, que estando afastada da gestão pode ver de
03 perto os problemas da graduação, da pós-graduação, com um olhar
04 desvinculado da gestão, mais voltado à universidade. A presidente convida o
05 professor Manoel e o técnico Miguel para se manifestarem quanto à instalação
06 da ouvidoria setorial da universidade e fala sobre o trabalho realizado, com
07 redução de cento e setenta e sete para sete antes da greve e agora já aumentou
08 um pouco. Que é preciso que todos respondam quando a ouvidoria solicita e que
09 esta deve encaminhar as respostas à ouvidoria geral, que solicita informações
10 comprovadas. O técnico Miguel afirma que o trabalho da ouvidoria não é punir e
11 sim mediar situações em relação à sociedade e à universidade, que muitas
12 solicitações decorrem da falta de informação. Que em sua maioria a ouvidoria
13 setorial desconhece quem fez a denúncia, e que muitas questões podem ser
14 resolvidas sem ser acionada a promotoria ou ministério público. Informa como
15 acessar o link da ouvidoria, por meio do "fala cidadão". A presidente informa
16 sobre a reforma administrativa, que mesmo antes da greve a universidade já
17 teria acompanhado as discussões participando de cinco reuniões. E que desde a
18 implantação da secretaria não houve mais a preocupação em acompanhá-la.
19 Que os sindicatos de técnicos e de docentes entenderam que era uma questão
20 de reitoria o acompanhamento da reforma administrativa, e assim foi feita uma
21 comissão com a composição de diretores político pedagógico financeiro,
22 diretores de administração e ainda um acadêmico, a professora Áurea, o
23 professor Adil e o professor Flávio Teles. Que o câmpus de Cáceres
24 encaminhou para sua representatividade o professor Samuel. Que em discussão
25 da SECITECI esta é muito limitada com funções definidas, que não se tem uma
26 competência, uma atribuição de nada e que a universidade está lá embaixo, sem
27 nada definido. Que foi realizado estudos e se chegou a ideia onde está a
28 universidade e em nada no decreto 160 está amarrado o trabalho e as funções.
29 Que é preciso estudar e ter clareza do que se quer e que não se tem nenhum
30 parlamentar que defenda uma matéria para a universidade. Que é montado um
31 projeto de lei que vai para aprovação da assembleia. Que em 2015 houve a
32 primeira reforma e que nunca se olhou para a SECITECI depois que ela foi



01 formada. Que foi escrita uma proposta para compor o projeto de lei a qual se
02 apresenta aqui. No ano passado alguns professores participaram da construção
03 de um caderno com eixos estratégicos, sendo estes lidos pela presidente. Que
04 foi feito uma varredura brasileira na tentativa de dar foco para a ciência e
05 tecnologia, pois hoje se tem dinheiro apenas para formação profissional e assim
06 foi montada a proposta. Que ela é fomentadora de pesquisa e não se tem nada
07 disso hoje, que se pretende que a secretaria seja enxuta, porém com resultados
08 para o fomento. Em meio a esta situação tem se a questão do parque
09 tecnológico e que está previsto uma área para a universidade, por meio de uma
10 lei relacionada a uma área de oito hectares, sendo que esta lei foi alterada
11 abrangendo todas as faculdades. Isto não fica claro se é da UNEMAT. Que
12 durante o movimento de greve foi discutido quanto ao parque e que de imediato
13 se pensou em chegar no parque com a área de agrárias para não perder o
14 espaço. Que foram chamados representantes de várias áreas na tentativa de se
15 definir o que levar para o parque, preferencialmente uma área que a UFMT e a
16 IFMT não levaram. Que o parque tem uma consultoria e que atua com algo
17 avançado, com negócio. A ideia é que se tem alguém que financiará esta área a
18 ser implantada. Que é preciso repensar a universidade e captar recursos. Que é
19 preciso ocupar o parque e estar presente nesta nova discussão, em Cuiabá “ou
20 aparecemos ou ficamos desvinculados”. Com a possibilidade futura de se criar
21 uma nova universidade estadual se a UNEMAT não abrigar a região da baixada
22 cuiabana. Registra-se as ausências justificadas dos conselheiros Fernando
23 Selleri por estar em visita técnica no Porto Digital, Karina Nonato Mocheuti por
24 estar participando do ENDIPE, José Wilson Pires Carvalho por procedimentos
25 médicos, Ana Aparecida de Moraes de Oliveira por estar em viagem à São
26 Paulo. Ato contínuo passa-se a aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária de
27 dois mil e dezesseis deste conselho, não havendo nenhum destaque de
28 alterações, considera-se aprovada pelos senhores conselheiros. A presidente
29 profere a solenidade de posse aos conselheiros: Kleber Pelícia em substituição
30 ao conselheiro Samuel Laudelino da Silva, Gustavo Laet Rodrigues em
31 substituição ao técnico Roberto Tikao Tsukamoto Junior, Vagner da Silva Souza
32 discente de Sinop, Silvio Gomes de França discente de Sinop, Francisca Marylin



01 Lucas discente de Tangará da Serra, e, Gabriel Francisco Duarte Simões
02 discente de Alto Araguaia. A presidente esclarece a questão do professor
03 Samuel Laudelino que se removeu temporariamente para o câmpus de Cáceres
04 e regimentalmente perde sua vaga que era do câmpus de Pontes e Lacerda. O
05 professor Samuel de posse da palavra apresenta alguns questionamentos
06 quanto a forma como ocorreu o seu desligamento do conselho, e que o fato de
07 se candidatar a uma vaga e exercer este ofício é muito importante. Pensa que
08 para que haja um desligamento de conselheiro que seja analisado e julgado
09 pelos senhores conselheiros ou que seja decidido pela presidente. Pede licença
10 para proferir leitura das suas conclusões quanto a sua condição de lotação em
11 Pontes e Lacerda e se quando acabar a remoção temporária irá ocupar sua
12 vaga no CONEPE? Dentre outras considerações para que seja pensada por este
13 conselho e decisões futuras, citando exemplos que entende não haver
14 impedimentos legais. Que a resolução de dois mil e doze aponta o impedimento
15 de continuar como conselheiro e reforça que a remoção temporária é matéria
16 nova, e que solicita a constituição de uma comissão por este conselho para
17 dirimir sobre estes casos para que seja fortalecida a segurança jurídica
18 institucional. Que declina da vaga em respeito. A presidente esclarece que não
19 irá assumir nenhuma remoção que não estiver dentro das normalidades desta
20 instituição ou ela será definitiva ou não haverá remoção. Procedido o expediente
21 da sessão e a solenidade de posse dos novos conselheiros a presidente declara
22 aberta a sessão, passando a inclusão de pauta: “Curso de Pós-graduação *Lato*
23 *Sensu* em Gerenciamento da Atenção Primária com ênfase em Saúde da
24 Família”. Em regime de votação a inclusão da pauta: 32 votos favoráveis, 03
25 votos contrários. Não havendo retirada e inversão, passa-se a definição da
26 ordem do dia e apreciação dos pontos de pauta. **1. HOMOLOGAÇÃO DAS**
27 **RESOLUÇÕES AD REFERENDUM DO CONEPE DE 2016. 1.1 Resolução nº**
28 **001/2016-CONEPE - Aprova o Calendário Acadêmico referente ao ano**
29 **letivo 2016, semestres 2016/1 e 2016/2, da Universidade do Estado de Mato**
30 **Grosso – UNEMAT.** A presidente concede questão de ordem para o conselheiro
31 Luiz Fernando que questiona quanto a palavra “homologação”, ficando
32 esclarecido que caso a resolução *ad referendum* não seja homologada perde



01 seu efeito. O conselheiro Ocimar questiona que no calendário é possível um
02 ajuste por parte do câmpus e isto está gerando conflitos. O conselheiro Eder
03 questiona se não seria de atribuição da PROEG propor novo estudo. A relatora
04 professora Vera Maquêa informa quanto aos ajustes em relação a feriados
05 municipais, que voltando as aulas foi necessário se ter um calendário com a
06 previsão do ingresso dos novos acadêmicos, a contratação docentes e ainda
07 que era preciso dar referência aos acadêmicos, e ainda que é preciso cumprir os
08 duzentos dias letivos do semestre. Que a PROEG e a ADUNEMAT fizeram
09 discussões para se chegar a uma proposta de calendário e que foram
10 consideradas as questões pedagógicas para a definição deste calendário. Que
11 existe a preocupação de não afastar por muito tempo dos estudantes para não
12 prejudicar o aprendizado dos acadêmicos. O professor José Ricardo esclarece
13 quanto ao período de matrículas que seria preciso se ter previsto. A presidente
14 esclarece que a metodologia é quanto a homologação ou a não homologação.
15 Faz leitura do pedido protocolado pelo presidente da ADUNEMAT de
16 prorrogação de todos os contratos para o período de 2016/2, e ainda que o
17 grupo de trabalho de concurso prime por três disciplinas para distribuição das
18 vagas. A presidente passa a palavra ao professor Leonir representante da
19 ADUNEMAT que manifesta que o calendário existe concordância com o
20 sindicato e que apenas em relação a férias docentes não há um acordo. Que
21 tem uma resolução estabelecendo férias coletivas docente em janeiro e que
22 apenas o conselho poderia alterar isso. Que foi defendido pelos professores Luiz
23 Jorge e Leni as férias no mês de janeiro. O conselheiro Ricardo apresenta a
24 preocupação com os dias letivos, se considera os dias do semestre ou desde a
25 matrícula dos calouros. O acadêmico João manifesta que existe uma rejeição
26 por parte dos alunos quanto ao término neste ano e retorno em janeiro visto as
27 limitações de alunos que residem fora do estado, e que não foi discutido com a
28 comunidade acadêmica o novo calendário. A presidente informa que o
29 calendário foi proposto para se dar o início e quanto ao fim pode se mobilizar
30 para isto. A professora Vera informa que nas discussões para definição do
31 calendário foi sim manifestado pelos representantes do sindicato a possível não
32 aceitação de aulas em janeiro, porém não se tem como aprovar um calendário



01 | pela metade, e assim foi pensado na publicação para posterior discussão. O
02 | professor José Ricardo acrescenta que em relação aos dias letivos de Nova
03 | Xavantina é preciso se atentar para a resolução que trata dos ajustes e que
04 | estes ajustes não significam que será feito novo calendário. O conselheiro Ralf
05 | trata quanto a especificidade do câmpus de Colíder foi feito um estudo e que
06 | observou-se a preocupação dos alunos em não ter como participar das aulas em
07 | janeiro, sobretudo aqueles que dependem de ônibus e já se estuda a
08 | possibilidade de faltar em janeiro. A presidente informa quanto ao impacto
09 | financeiro se houver férias em janeiro aos professores contratados. O
10 | conselheiro Vandersezar informa quanto aos prejuízos acadêmicos que estão
11 | em realização de estágio, sobretudo das licenciaturas. O professor Anderson
12 | manifesta pela defesa da homologação deste calendário visto que se acabou de
13 | sair de uma greve e que está previsto o término o mais rápido possível o término
14 | do semestre 2016/2 em respeito à organização dos alunos em relação a colação
15 | de grau e evitando prejuízos menores aos mesmos. O pró-reitor de
16 | administração afirma que é de praxe a defesa do sindicato e da
17 | representatividade acadêmica, porém apresenta a preocupação com a
18 | legalidade quanto ao contrato de professores substituto, e que não está previsto
19 | férias na substituição. Que além disso a lei fala de férias apenas após doze
20 | meses de efetivo exercício, e assim para os interinos não é possível lançar férias
21 | e se não trabalharem em janeiro irão receber sem trabalhar, e que já se
22 | prorrogou contrato para o outro semestre com a justificativa da necessidade
23 | imediata e não para gozo de férias. Conclama que cada um faça o papel de
24 | reitor e que analise bem quanto a legalidade e o efeito cascata de
25 | responsabilização deste fato não previsto em lei, caso venha acontecer. A
26 | conselheira Helena após os cumprimentos reforça a questão do contrato com os
27 | interinos, mas coloca a questão dos estágios supervisionados que a SEDUC
28 | retorna em janeiro e se prorrogar muito o calendário os alunos correm o risco de
29 | não fechar carga horária de estágio. A presidente esclarece que em relação a
30 | questão dos contratados é diferente o tratamento e conclama aos senhores
31 | conselheiros para se pensar esta questão. Que o conselho também incorre a
32 | responder ao tribunal de contas. A professora Vera profere a defesa da



01 homologação da resolução que trata do novo calendário acadêmico até 2016/2,
02 reforça a questão dos estágios e da semana pedagógica. Que foi pensado todas
03 as questões que envolvem a confecção de um calendário, como a questão do
04 SISU e do vestibular próprio com os ingressos quase que concomitante, que no
05 sistema de seleção única é calendário nacional, e ainda está preocupada com os
06 cursos que não preenchem as suas vagas, e se for feita uma chamada em
07 janeiro e falar para o aluno aparecer para estudar em abril certamente teria uma
08 evasão. Em regime de votação: 25 votos favoráveis, 15 votos contrários, 00
09 abstenção, fica homologada a resolução em tela. O conselheiro Gabriel
10 manifesta que havia solicitado inscrição e que não foi concedida; acrescenta que
11 não concorda com a extensão para fevereiro com férias em janeiro, visto que
12 compromete a construção pedagógica. A professora Vera manifesta que todos
13 os cuidados foram tomados para que nenhum aluno seja prejudicado. A
14 presidente cumprimenta aos docentes que lutaram e foram para Cuiabá nas
15 audiências e manifestações e repudia a conduta de docentes que tiraram férias
16 no período de mobilização. E ainda fará um trabalho com todos os DURAs e
17 DPPFs para moralizar, e que tem gente que não faz nenhuma coisa e nem outra
18 e prejudica a instituição, tem gente fazendo tudo e tem gente que não faz nada.
19 Que é preciso zelar pela carreira docente e pelos bons profissionais. O professor
20 Leonir manifesta que sindicato é toda categoria, que não significa garantir nosso
21 direito tirando o dos outros. A garantia do direito do trabalho é uma garantia dos
22 direitos humanos. Que quando uma categoria vota por uma paralização não é
23 para tirar direito dos outros, e que em nenhum momento foi garantido o direito de
24 professores tirarem férias neste período e nem mesmo ministrarem aulas. A
25 presidente coloca em apreciação o subitem: **1.2 Resolução nº 002/2016-**
26 **CONEPE - Aprova o Calendário Acadêmico específico para o curso de**
27 **Bacharelado em Medicina ofertado no Campus Universitário “Jane Vanini”**
28 **em Cáceres – UNEMAT.** A Resolução trata do calendário do curso de medicina
29 a relatora Vera Maquêa solicita que não seja homologado a resolução em tela e
30 que seja considerada a nova proposta. O professor José Ricardo esclarece os
31 conselheiros quanto as justificativas para a não homologação. Em regime de
32 discussão. O conselheiro Joniel trata quanto as particularidades em relação ao



01 curso de medicina e aos outros cursos. O professor José Ricardo esclarece que
02 a proposta é pela não homologação. A presidente esclarece que como não foi
03 incluída nova proposta é preciso se alterar este calendário previsto nesta
04 resolução. A conselheira Helena apresenta questões de ordem e questiona se a
05 nova proposta está pronta para se votar, e fica informada que sim. Em regime de
06 votação: nenhum voto favorável, 39 votos contrários e 00 abstenção, não sendo
07 homologada a resolução. A conselheira Lóriége manifesta que foi uma das
08 profissionais que participou das mobilizações e pensa que para esta resolução
09 pode ser o mesmo encaminhamento da primeira. A professora Vera afirma que a
10 PROEG está fazendo uma proposta de alteração para o curso de medicina, para
11 atender uma necessidade específica por conta da greve dos acadêmicos. Que
12 se o calendário da medicina for aprovado assim seria prejudicial para o curso, e
13 que a alteração proposta é apenas em quinze dias. O conselheiro Hélio
14 manifesta que também está incomodado com esta questão em relação a
15 aprovação da primeira resolução e agora com um encaminhamento diferente
16 para esta resolução da medicina. A presidente esclarece que a regra é
17 homologa ou não, não homologando abre-se para novas propostas, não é
18 questão que a medicina é diferente, o calendário deles foi votado anteriormente
19 e foi preciso aprovar o novo da greve para se alterar o da medicina. A presidente
20 esclarece que a mesa é ética e que não pode ter dúvida, que se quer considerar
21 a questão de três ou quatro dias. O acadêmico Ualter solicita que seja constado
22 em ata que os acadêmicos organizaram a proposta: que seja retirado uma
23 semana de janeiro com início no dia 09/01/2017, porém a presidente informa que
24 não se tem como prever, que homologa ou não. Em caso de homologação não
25 se tem como fazer proposta. A coordenadora do curso de medicina professora
26 Denise esclarece que a proposta de alteração do calendário é por conta de
27 quinze dias de férias em novembro e informa que houveram prejuízos
28 significativos com a greve, onde foi suspenso as atividades nas unidades de
29 saúde gerando desconforto, não por questão pedagógica mas como uma
30 questão humana. Quando foi apresentado o calendário proposto houve a
31 preocupação com esses quinze dias de férias e mais uma vez se teria uma
32 perda com a sociedade e com a prática com os alunos. Que ficou inviável para o



01 curso e se pediu a reconsideração para que não houvesse mais prejuízo, e
02 antes se estava conseguindo adequar o semestre, agora com a greve houve um
03 atraso de meio semestre para a formatura. Que pelos acadêmicos de medicina
04 eles não querem férias, mas é preciso se respeitar outras questões acadêmicas
05 no calendário. O conselheiro Eder reporta-se ao regimento informando quanto
06 aos encaminhamentos quando da não homologação da resolução do calendário
07 de medicina, que pode ser feita nova proposta com regime de urgência ou ainda
08 por algum conselheiro. Em regime de urgência a presidente coloca em
09 apreciação a nova proposta de calendário acadêmico do curso de medicina. Em
10 regime de votação a inclusão em regime de urgência do calendário acadêmico
11 do curso de medicina: 36 Votos favoráveis. Em regime de discussão a
12 modificação no calendário acadêmico, o professor José Ricardo faz
13 esclarecimentos nos períodos alterados no calendário e suas devidas
14 justificativas. O conselheiro Steffano questiona se este calendário irá respeitar a
15 questão administrativa de janeiro, ficando informado que sim. Em regime de
16 votação: 36 votos favoráveis, 01 voto contrário, 00 abstenção. A presidente
17 esclarece que não trabalha com manobra em relação a votação do item 1.1 e
18 solicita a PROEG para que faça a adequação do retorno ao início do ano para o
19 dia 09/01, e apresente na próxima sessão. Fica colocada em apreciação para
20 homologação o subitem **1.3 Resolução nº 003/2016-CONEPE - Aprova e**
21 **autoriza a implementação do Programa *Stricto Sensu* - Mestrado**
22 **Profissional em Ensino de História – PROFHistória da Universidade do**
23 **Estado de Mato Grosso – UNEMAT.** A presidente apresenta a resolução e
24 coloca em regime de votação a pauta Resolução ProfHistória, um Programa de
25 mestrado profissional em rede. O conselheiro Marcelo afirma que o número do
26 ofício está equivocado e que estas informações correspondem ao programa de
27 Barra do Bugres-MT. A conselheira Socorro apresenta esclarecimentos quanto
28 ao programa de mestrado em história, afirmando que já está ocorrendo aulas no
29 curso, que professores que estiver ministrando aulas na pós não se afastaram
30 da graduação. Em regime de votação fica homologada o item 1.3 com 38 votos
31 favoráveis. A presidente coloca em regime de apreciação o subitem **1.4**
32 **Resolução nº 004/2016-CONEPE- Aprova e autoriza a implementação do**



01 **Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais a ser**
02 **executado no Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT.** A
03 presidente diz que em relação ao Programa de Ciências Ambientais também se
04 tinha a necessidade de começar para não se perder a possibilidade de bolsas.
05 Em regime de discussão o item 1.4 a conselheira Helena sugere a adequação
06 no *caput* para que se faça menção em relação ao curso de doutorado. O
07 professor Rodrigo menciona que abre-se uma dúvida na questão da
08 regulamentação legal. A conselheira Helena esclarece como foi realizado no
09 câmpus de Nova Xavantina. A presidente sugere a aprovação com a alteração
10 no *caput* conforme sugestão: autoriza o curso de doutorado no programa. Em
11 regime de votação, fica homologada 37 votos favoráveis, 00 votos contrários e
12 00 abstenção. A presidente passa a apreciação do ponto de pauta 2.
13 **RESULTADO DAS COMISSÕES INSTITUÍDAS PELO CONEPE. 2.1 Combate**
14 **a evasão e reprovação no ensino de graduação** passando a palavra a relatora
15 professora Maria do Socorro. A relatora por sua vez esclarece os trabalhos
16 realizados pela comissão, informando as atividades realizadas e a metodologia
17 do trabalho. Ressalta que uma das causas apontadas para a evasão foi a
18 questão da greve. Que foram selecionados alguns textos como base de estudo,
19 e reforça que foram feitas as mesmas discussões com os diretores de câmpus.
20 Que é preciso saber sobre este problema, se discutir e quais as alternativas a
21 serem propostas em nível institucional. Que está se observando a necessidade
22 de fazer a diferença entre os cursos de licenciaturas e de bacharelados. Bem
23 como a formação docente dos professores de bacharelados. Pensa que quando
24 se passar pelos cursos isto será melhor estudado. A professora Vera manifesta
25 que é preciso se reunir com esta comissão para se passar alguns dados já
26 apresentados pela ABRUEM e que está sendo organizado um livro sobre esta
27 problemática junto a ABRUEM, e que está sendo finalizada uma parceria com a
28 UNESP para professores do curso de bacharelado tecendo outras
29 considerações sobre a temática com o intuito de esclarecer os senhores
30 conselheiros. A relatora informa que todo estudo não se encerra na comissão
31 que é preciso de alimentar essas informações. A presidente sugere que seja
32 incluída na comissão representantes acadêmicos que tomaram posse neste



01 conselho, e, que para se chegar a algum lugar é preciso de estudar muito. Que
02 as razões que causam a evasão e reprovação são muitas e deve ser levada em
03 consideração. A relatora informa que em cada curso foi solicitado a participação
04 de alunos do curso. Em regime de discussão: a presidente passa a palavra ao
05 conselheiro Gabriel que manifesta interesse em fazer parte desta comissão por
06 pensar que é uma questão importante, principalmente a questão dos professores
07 que não conseguem acompanhar o tempo dos alunos, que são outros tempos.
08 Que eles são a força motriz para se mudar isso, que os alunos estão para
09 aprender conteúdos mas que os professores estão para serem mestres. Que
10 não questões de princípios, que cada professor precisa ser o guia e entender
11 além do conteúdo, para a formação de um bom profissional. Que os técnicos
12 fazem parte desse processo, que representam um papel importante, e que os
13 professores tenham um compromisso com a formação profissional. O acadêmico
14 Ualter questiona como será a escolha de alunos de cada curso para participarem
15 destas comissões, que se tenha um processo democrático. A relatora manifesta
16 que fica contente com a manifestação dos dois acadêmicos, sobretudo para se
17 entender a questão da evasão e reprovação se não fala a língua dos alunos?
18 Pensa que quem conhece o curso são os alunos, e em reunião com as
19 faculdades foi orientado que cada curso buscasse a participação do aluno. No
20 curso de história foi pensado o aluno do primeiro semestre e do último semestre,
21 que foi entrada de sala em sala orientando que fosse eleito um representante,
22 sendo uma sugestão junto aos diretores de faculdades. A presidente solicita que
23 os acadêmicos Ualter e Gabriel junte-se à comissão, e informa que fica
24 prorrogada para apresentação da comissão na próxima sessão. A presidente
25 coloca em regime de apreciação o subitem de pauta: **2.2 Cursos de graduação**
26 **com baixa procura**. O relator Ralf apresenta uma recapitulação do trabalho da
27 comissão e tece esclarecimentos quanto as demais atividades desenvolvidas.
28 Destacando que é preciso fazer um estudo externo para se obter informações
29 quanto ao não interesse pela realização de determinados cursos. Que foi
30 alterado o tipo de estudo, e que foi discutido com algumas coordenações o
31 questionário proposto pela comissão. Que ficou claro que esta questão de baixa
32 procura não depende de apenas um ponto, com a sugestão de vários outros



01 elementos de análise, e assim se buscou alguns subsídios para se basearem as
02 discussões em relação a qualidade, sobretudo no SINAES. Que está
03 trabalhando sobre os quesitos atuais de avaliação e assim foi remodelado o
04 questionário sendo que o apresentou aos conselheiros. Apresenta dois
05 apontamentos: ter infraestrutura não é suficiente e ainda a questão do acervo
06 bibliográfico, o curso possui acervos mas não são atualizadas a mais de oito
07 anos. Questiona ao conselho e a instituição se há interesse em se levantar um
08 diagnóstico quanto a problemática da baixa demanda, uma vez que é preciso de
09 fazer um estudo de demanda e ainda se considerar a análise de ensino. Se há
10 interesse da instituição em se fazer este estudo, o que será feito com este
11 estudo. A presidente esclarece que é preciso se fazer uma reflexão quanto o que
12 se fazer com os resultados. O professor Francisco Lledo esclarece sobre as
13 novas proposituras do SINAES em relação a construção do PDI. Que tem uma
14 ligação com o PEP, o resultado da avaliação institucional e o trabalho dessa
15 comissão. O conselheiro Steffano manifesta que o relator foi feliz com as
16 informações externas, e por momentos parece que está se discutindo evasão, e,
17 neste sentido deve ser casado o PEP com estas informações. O quantitativo não
18 traz muitas informações quanto ao assunto, é preciso se ter dados qualitativos,
19 que os acadêmicos devem escolher o curso e se tem estrutura para uma boa
20 formação. Que as vezes cria-se uma estratégia para preenchimento de vagas,
21 sendo que o curso continua sendo de baixa procura. A conselheira Helena
22 parabeniza a comissão e manifesta que um estudo como esse é muito
23 importante, e manifesta que é preciso de se retomar a autoestima da UNEMAT.
24 Pensa que ainda exista uma concorrência entre os cursos da UNEMAT e a
25 oferta de outros cursos com facilidade de acesso e conclusão. Quando se pensa
26 no SISU é preciso se fazer uma propaganda lá fora, para estimular os alunos a
27 se interessarem pela vinda. Que a universidade tinha um papel fiscalizador em
28 determinados cursos, e que é autorizado pelo MEC e não se tem mais como se
29 saber o que está sendo proposto por estes cursos e que profissional está sendo
30 formado. Que é preciso fazer mídia como universidade produtora de ciência e
31 começar interferir na qualidade da educação no estado, que a formação de
32 segundo grau caiu no lugar de melhor. A presidente afirma que está sendo



01 preciso se repensar a UNEMAT, “ou se repensa ou se tem um corpo qualificado
02 e sem clientes”. Que a busca da baixa procura tem N variantes, manifesta que
03 quando se pergunta qual o programa para a formação no ensino das áreas como
04 proposta na educação básica, não se tem nada. Que este ponto é muito
05 preocupante inclusive para se manter os cursos que tem demanda. Pensa que é
06 preciso juntar as comissões para se discutir esta questão e compreender os
07 problemas da região dentre outras discussões que abrangem esta questão. É
08 preciso valorizar quem está fazendo gestão na universidade, o tempo mudou e é
09 preciso se pensar isto, é uma reflexão profunda. Que é preciso acabar de
10 atravessar o rio... A professora Vera manifesta que o trabalho é importantíssimo
11 sendo uma forma da universidade se conhecer, que muito se fala que a
12 sociedade não nos conhece mas internamente não “nós conhecemos”. Que
13 sempre se procura culpados, mas todos os relatórios encaminham para uma
14 problemática que permeiam a questão no país. Que a nível federal não é
15 valorizado as instituições estaduais. Pensa que é preciso se ter um programa
16 para o ensino superior no Brasil. Que o Brasil caminha para o curso superior
17 pago, isto já é visível. É preciso saber que se está dentro de um contexto
18 federal, que a universidade sempre foi uma questão de cultura, que hoje nossos
19 estudantes não conhecem uma língua estrangeira. Trata-se de um problema de
20 cultura, que muitas vezes nos murais da universidade tem convites para todos
21 tipos de coisas menos para estudos ou discussões. Que é preciso se continuar
22 uma instituição de disseminação de cultura além de formar um profissional para
23 atuar no campo de trabalho. O conselheiro Gabriel apresenta um relatório
24 produzido no câmpus de Alto Araguaia, e informa que já adotou esta
25 universidade e luta todos os dias por esta instituição. Que tem professores que
26 não lutam pela universidade. Que o ensino superior virou comércio no Brasil e
27 muitos pensam no diploma e no mercado de trabalho. Que realizaram um
28 trabalho de quinze dias sobre a divulgação do vestibular com material próprio
29 elaborado por eles mesmos. Que em muitos casos os alunos não conheciam a
30 instituição UNEMAT. Que os resultados foram satisfatórios e se coloca à
31 disposição. O acadêmico Ualter reflete quanto a assistência estudantil, se está
32 sendo motivadora para a manutenção dos acadêmicos. O professor Rodrigo



01 manifesta que fica feliz quando se começa a olhar para algumas feridas da
02 universidade, e que por algum motivo estava se deixando de olhar. Que coloca
03 algumas contradições: “que crescemos mais parece que estamos menores”.
04 Que é preciso se discutir quantos alunos se tem dentro da instituição, dentro de
05 cada curso e ter clareza para onde ir. Enquanto a universidade se fecha as
06 outras instituições crescem. O conselheiro Luiz Fernando manifesta que
07 concorda e discorda com algumas falas, que não é somente a divulgação, que o
08 câmpus de Alta Floresta desenvolveu um projeto conheça o câmpus, e para uns
09 cursos cresceram a procura no vestibular e em outro caiu, então é preciso
10 reinventar a universidade. Que não existe uma só solução, cada câmpus tem
11 uma particularidade. O questionamento é: “vamos querer reinventar?” e “como
12 vamos?” Pensa que os alunos não são fracos não, que tem alunos dando show
13 em alunos que vieram de fora. O conselheiro Eder cumprimenta o Ralf pelo
14 trabalho, que é preciso se pensar o problema em diversos prismas, e reforça a
15 propaganda e a política de ingresso das universidades particulares. Que deve ter
16 departamento de marketing na instituição, as vezes não “nós conhecemos”. A
17 professora Vera manifesta que na fala do acadêmico Ualter lhe fez pensar a
18 questão: que o PIBID aumentou o interesse pelos cursos de graduação em
19 licenciatura. Que enquanto acadêmicos estão preocupados com a universidade
20 se tem outros colegas orientados por professores falando nas redes sociais mal
21 da universidade. O conselheiro Gabriel pede um “aparte” e manifesta que
22 sempre orienta os alunos que lá fora não é lugar de se falar mal e que os
23 problemas devem ser resolvidos internamente. O acadêmico Ualter manifesta
24 que não se pode ter apenas o PIBID é preciso se ter muito mais opções como
25 plano de assistência estudantil. O acadêmico Ualter manifesta que dentro da
26 universidade é preciso ser divulgado no que se refere a pesquisa e extensão
27 como diferencial para motivação da procura. O professor Francisco agradece o
28 conselho e um dos pontos é a preocupação em se encontrar um ponto de
29 partida para as discussões. Que um diretor de câmpus tem dificuldade em alocar
30 um recurso para comunicação, que os colegiados precisam referendar. Pensa
31 que este momento de discussão é muito proveitoso. O conselheiro Ralf
32 manifesta satisfação por ter gerado esta discussão. A preocupação da comissão



01 é que talvez que faça algo que está sendo feito, ou que venha ser um trabalho
02 paralelo e pensa que o trabalho desta comissão se encerrou. Que se atingiu
03 informações com dados suficientes para discussões e encaminhamentos. Que
04 se tem como contribuir como PEP neste sentido, no diagnóstico que está sendo
05 elaborado. Proposta: encerramento da comissão e contribuição com o PEP
06 sobre o assunto. A presidente manifesta que é preciso se divulgar sim a
07 instituição, que está sendo trabalhado junto ao governo a produção de um
08 material para divulgação da UNEMAT. Afirma que se tem alguém que sabe
09 pouco ou nada da UNEMAT é o governo. Que deve ser pensada por
10 particularidades regionais. Pensa que esta comissão deve ser prorrogada para
11 se juntar com os representantes de câmpus para se discutir. Que os
12 coordenadores de curso são de extrema importância pois são eles que ouvem
13 os alunos e sabem cada problema. Que se faz boas discussões mas não se
14 chega a nenhuma proposta para solução. Pensa que a comissão tem que ter um
15 fim, "chegou até aqui e daí". Pensa que deveria se fazer o envolvimento dos
16 coordenadores para ampliar as discussões. O conselheiro Steffano reforça a
17 questão de se fazer uma divulgação da instituição e sugere a contratação de
18 empresa especializada para realização. Com o término da fala do conselheiro
19 Steffano a presidente encerra a sessão neste dia, deixando deliberado o retorno
20 para amanhã as oito horas no mesmo local. Aos vinte e três dias do mês de
21 agosto de dois mil e dezesseis a partir das oito horas após a contabilização de
22 *quórum* a presidente reinicia a sessão. Registra-se a ausência justificada a partir
23 deste dia das conselheiras Lóriége Pessoa Bitencourt e Heloisa Sales Gentil
24 ambas pela participação no Evento ENDIPE. A presidente passa a apreciação
25 do subitem **2.3 Sistematização da Assiduidade Docente**. O relator Luiz
26 Fernando inicia os esclarecimentos aos senhores conselheiros com o
27 detalhamento da metodologia do trabalho da comissão, estudo das leis
28 regulamentares sobre controle de ponto, elaboração de questionário a ser
29 aplicado aos diretores de cada câmpus, abordando sobre a minuta aprovada no
30 colegiado regional de Alta Floresta. Tece considerações quanto à paralisação
31 das atividades em decorrência do movimento grevista e sugere a verificação
32 quanto aos membros da comissão e a prorrogação de prazo para o término do



01 trabalho da comissão. A presidente informa que em outras IES existe uma
02 normativa para reposição de aulas quando da ausência justificada em dia letivo,
03 assim é preciso que todos ajudem a comissão a pensar algo neste sentido e que
04 será pensado e proposto pela PROEG como fazer para normatizar em toda a
05 universidade; que em relação ao cuidado das aulas é preciso encontrar aqui
06 uma forma de garantir a reposição quando o professor se faz ausente. O relator
07 informa que a adoção do ponto digital em Alta Floresta não foi com a intenção de
08 penalizar alguém, que o ponto não melhora a qualidade do ensino, não melhora
09 o aprendizado, no entanto o docente fica no câmpus até o término da aula. Que
10 o ponto já ajudou a justificar quatro denúncias de docentes que não se fizeram
11 presentes durante um determinado período e na verdade por meio do ponto isto
12 ficou comprovado por meio do relatório do RH que os mesmos estavam
13 presentes na instituição, e explica outras questões que justificam a implantação
14 do ponto digital. O professor Rodrigo manifesta que é preciso estar na resolução
15 as atividades docentes que são realizadas externamente, em projetos,
16 participação em banca ou outro. Que é preciso ser informado onde cada
17 profissional está no horário de trabalho. O conselheiro Elias Morgan lembra
18 quanto ao sistema da universidade que estão funcionando precariamente, que já
19 se tem um sistema instalado e não está sendo utilizado. Que o SAGU precisa
20 ser revisado, que é preciso eliminar papel, e informatizar para melhorar a
21 qualidade das informações. O relator manifesta concordância com a fala do
22 conselheiro, porém tem professores que não alimentam o SAGU diariamente, e
23 a ideia do registro do ponto é momentâneo, é na hora. A conselheira Helena
24 informa que houveram vários embates no câmpus de Nova Xavantina, e “que
25 não quer ser regida pelo que faz errado, quer ser regida por aquele que faz o
26 certo”. Sugere que seja feito o registro de ponto semanalmente, ou ainda que
27 seja controlada as atividades e sua execução seja em ensino ou pesquisa.
28 Pensa que está faltando compromisso dos professores com seu trabalho e com
29 a instituição. Não acha certo dizer que é injusto com os técnicos quando ele
30 assina ponto e os professores não, os professores tem atribuições diferenciadas.
31 Que é necessário chamar os profissionais ao trabalho, que isto é preciso ser
32 regulamentado no COPAD. A presidente manifesta que é preciso descentralizar



01 as coisas e deixar cada câmpus decidir este controle, porém pensa que esta
02 comissão poderia construir um documento orientativo para contribuir com a
03 regulamentação deste ponto. Pensa que tem que se apegar aos que trabalham,
04 mas como gestor pode responder por aqueles que não trabalham. Que tem
05 gente que denunciou no Ministério Público que professores da UNEMAT tem
06 mais de quarenta e cinco dias de férias e daí é preciso se justificar isso. A
07 conselheira Helena lembra quanto o cumprimento das sessenta horas da
08 disciplina e ainda se tem que pensar nos cem dias letivos, que é preciso se
09 pensar em sessenta e quatro horas, se pensando o que é possível fazer com os
10 alunos. O relator manifesta que concorda em parte e discorda quanto alguns
11 pontos, sabe que o professor trabalha extensão e pesquisa e assim está se
12 tratando de ensino. Concorda que está se fazendo coisas pela minoria, que
13 ninguém vai na ouvidoria cumprimentar um professor pelo trabalho e
14 cumprimento da carga horária, que é preciso melhorar o marketing pessoal. O
15 acadêmico Júlio Cezar manifesta que esta questão de assiduidade docente vai
16 pegar muitos docentes de surpresa, e inclusive professores que chegam
17 atrasados e registram que ministrou todas as aulas e ainda se o aluno sai um
18 pouco mais cedo acaba ficando com faltas. Que aconteceu com ele nesta
19 semana onde chegou dez minutos atrasados e estava com faltas em todo o dia,
20 que é preciso se normatizar isso. O conselheiro Gabriel concorda com o ponto
21 em Alta Floresta pois este serve para resguardar os professores que dão aula,
22 que em Alto Araguaia no curso dele a maioria dos professores terminam o
23 conteúdo antes do previsto, mas estes ficam em sala ajudando alunos que
24 precisam de atividades diferenciadas. Pensa que é interessante este controle e
25 que em relação aos problemas vivenciados estes devem ser resolvidos com a
26 coordenação do curso, e se buscar meios para definir isso. A professora Vera
27 inicia sua fala tratando do SAGU, que embora com problemas é o portal da
28 transparência para a universidade. Que é preciso se quantificar o que é feito, e o
29 que não é possível resolver dentro da instituição o estado resolve. Lembra que
30 muitos trabalham e cumprem mais que a carga horária, porém outros não
31 cumprem e como gestores não é possível aceitar este tipo de coisa, que é
32 preciso ter um acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas. Como



01 serão quantificadas as atividades desenvolvidas e a qualidade das mesmas?
02 Que às vezes o professor está trabalhando com pesquisa, porém viajou e deixou
03 o aluno esperando, e aí como se fazer este controle? O professor Francisco
04 aborda quanto ao SAGU e informa que o estado mudou a forma de contratação
05 de sistema, que é preciso se trabalhar com pontos de função e não com
06 módulos. Que o estado negou por três vezes a melhoria no SAGU, que foi
07 encaminhado à secretaria de gestão um documento solicitando que a
08 universidade precisa de dois pontos, e pensa que assim irá melhorar muito.
09 Quanto ao sistema integrado é preciso se atingir a infraestrutura dos câmpus,
10 deve se dobrar o link, porém a auditoria questiona se dobrar o link melhora a
11 quantidade? Que sistema precisa ser integrado para melhorar. O conselheiro
12 Ocimar pede um “aparte” afirmando que quando se implantou o SAGU era
13 assim, que se o professor não lançasse as informações o sistema fechava e daí
14 era preciso o professor justificar para abrir o sistema, assim funcionava. Que na
15 reposição tem problemas de registro de aulas com choques de aulas, e assim
16 pensa que a reposição deveria ser ao término do semestre, ou ainda em horário
17 diferente, que não acredita em estudo dirigido por entender que não tem um bom
18 resultado, a questão do ensino a distância poderia resolver o problema, mas
19 pensa que deva ser utilizado os sábados letivos. O conselheiro Isaías lembra a
20 questão de não se ter internet no câmpus e se tiver outra tempestade lá ficará
21 pior ainda. A conselheira Ana Bandini manifesta que gostaria que seja
22 controlado tudo o que é feito dentro da universidade, e as outras questões? Para
23 que é DE onde está o registro das atividades de pesquisa e extensão, pois o
24 ponto só controla o ensino. Que o ponto perde sua finalidade quando um
25 professor dispensa os alunos e aguarda para o registro do ponto, deve-se
26 pensar no controle da qualidade da aula. Que uma coisa que funcionou em Alta
27 Floresta foi o monitoramento via SAGU e o diretor de faculdade informando e
28 cobrando o professor pelo lançamento das informações. Que é preciso se definir
29 o que fazer com quem não está cumprindo. Que para os coordenadores de
30 curso fica muito pesado se fazer todo o pedagógico e ainda o administrativo. A
31 presidente esclarece que quando se colocar a normativa será regulado para
32 todos, e talvez é preciso fazer a pergunta: o que fazer com quem não trabalha?



01 Que a coordenação de curso é muito importante, que é preciso não só discutir,
02 qual o encaminhamento a ser dado, como fazer quando chega uma denúncia se
03 não se tem um documento para comprovar? Pensa que o sistema integrado é
04 muito bom e não se tem mais como continuar com papéis, sugere alguns pontos
05 a PROEG mantendo a descentralização com atuação do colegiado de curso.
06 Que é preciso implementar ações de controle e se pensar como fazer com as
07 pessoas que dão trabalho no curso. O conselheiro Reginaldo manifesta que a
08 discussão é desnecessária quando se pensa em compromisso profissional, que
09 é preciso a atuação do chefe imediato, dos coordenadores de curso e diretores
10 de faculdades no controle. Que se tem um problema sério de achar ruim quando
11 se é cobrado, pensa que se cada local definir a sua forma de controle isto
12 voltaria com problemas aqui, porém é preciso ter um controle geral a todos e
13 depois se normatizar as peculiaridades em cada câmpus. O pro reitor Danzer
14 manifesta que é preciso o registro, se tendo um regramento, inclusive para
15 comunidade externa. A questão da legislatura tem sim inclusive no estatuto da
16 UNEMAT o controle de registro de ponto, agora é preciso se saber qual a melhor
17 maneira de se desenvolver isto. Em relação a regime de trabalho, ponto esta
18 discussão deve ser feita e cabe ao professor o controle, porém é preciso se
19 pensar em direito e responsabilidades. Em relação à COPAD é preciso se ter
20 uma avaliação urgente quanto a esta questão, que é preciso se ter parâmetro, e
21 o parâmetro é 12 horas semanais, e deve ser comprovada, registrada. E as
22 outras atividades também devem ser comprovadas, as outras assiduidades
23 devem ser comprovadas via COPAD. Que a lei de carreira, estatuto da
24 universidade faz esta proposição por meio de parâmetros. Partindo deste
25 princípio onde o regime de trabalho além do direito é preciso se ter um indicativo
26 legal para o docente que não cumpre o regime de trabalho, porque fica um
27 descompasso grande com relação às consequências deste não cumprimento.
28 Quando se faz uma reflexão em relação à COPAD setenta por cento é por meio
29 de auto-avaliação e isto deve ser revisto. O vice reitor reforça com a leitura do
30 artigo sessenta e seis do estatuto da universidade quanto a atribuição do
31 coordenador de curso em relação ao controle da assiduidade docente. Que é
32 preciso se aprovar em colegiado regional instrumento de controle para todas as



01 atividades. Que se tem um ofício expedido pela PRAD quanto a esta questão de
02 controle de assiduidade. O conselheiro Vandersézar manifesta concordância
03 com tudo que foi falado, porém o que vem depois deste controle é que se deve
04 ser pensado, como se fala as leis federais, e o que fazer com aquele que
05 trabalha mais? A professora Vera afirma que toda esta discussão foi feita junto
06 com a COPAD e pensa que o melhor nome seria acompanhamento, pois já se
07 cobra o planejamento do docente e deve ser acompanhado no sentido de
08 avaliar. Que é preciso de repensar no decorrer da execução do plano, já se tem
09 o plano de ensino e a avaliação institucional, e o que falta é acompanhamento.
10 O conselheiro Gabriel manifesta a questão do compromisso, não é apenas com
11 ponto eletrônico, vai além deste controle, com o desenvolvimento de outras
12 atividades fora de sala de aula. Que os alunos devem ter esta percepção de
13 cobrança, pois quem perde com a falta dos professores são os alunos. A
14 presidente afirma que nas discussões do conselho é preciso se concentrar nos
15 objetivos, se ter cuidado com a profissão neste ponto. E o que fazer? Se pára
16 aqui e pede para PRGEG e PRAD encaminhar um documento ou se delibera
17 que alguns conselheiros estudem e apresente uma minuta a ser apreciada. Que
18 a DE não pode ser perdida, e se de cima para baixo está vindo medidas
19 perigosas, assim é preciso se propor como fazer esta questão. Que algumas
20 questões resultam em demissões ou ainda exonerações, mas que nem sempre
21 se tem registro comprobatório. Que se trata de uma questão moral. A presidente
22 encaminha que esse ponto de pauta será discutido com a Reitoria, DPPF e Dura
23 para que apresente uma solução para todos os *Campi*. A presidente coloca em
24 apreciação o subitem **2.4 Regulamentação das Atividades Curriculares de**
25 **Extensão nos Cursos de Graduação**. O relator manifesta que a comissão não
26 desenvolveu muitas atividades e pede prorrogação de prazo. Ficando deliberado
27 para a próxima sessão. A conselheira Helena pede solicita que seja colocado um
28 link com a resolução para ser discutida *on line*, pois quer fazer algumas
29 contribuições. A relatora Vera esclarece os problemas enfrentados quanto à
30 questão da ausência de biblioteconomista e a alternativa encontrada foi colocar
31 o servidor Valter a disposição dos câmpus, com a realização de visitas técnicas
32 para controle e organização das bibliotecas que não dispõe de profissional



01 habilitado para o trabalho, ficando ainda o servidor com a incumbência de
02 apresentar minuta de resolução para organização e desenvolvimento da
03 biblioteca. O servidor Valter se apresenta e contextualiza quanto ao trabalho da
04 assessoria técnica a ser desenvolvido em cada câmpus, esclarece que está
05 sendo criado um manual orientativo para atuação na biblioteca e o uso do
06 sistema da biblioteca. O vice reitor esclarece que o profissional Valter tem muito
07 capacidade e está disponível para contribuir com cada câmpus. A professora
08 Vera esclarece que o servidor Robson continua na gestão da biblioteca e que o
09 papel do Valter é de assessoria. A conselheira Helena lembra a questão da ficha
10 catalográfica e manifesta a dificuldade para a construção da mesma. Pensa que
11 não deve ser difícil a construção dessa ficha. O servidor Valter informa que já
12 está se pensando em implantar uma ficha catalográfica *on line* para a instituição
13 e espera que isto vá ocorrer até o final do ano. Que enquanto não ocorre isto,
14 para os casos da pós-graduação é possível encaminhar ao e-mail da biblioteca
15 que será feito e enviado ao interessado. A presidente reforça que é preciso se
16 informar a todos os diretores de câmpus, o que complementa o servidor Valter
17 informando que foi enviado um email a todos e inclusive aos diretores
18 administrativos. O professor Rodrigo manifesta que está chegando reclamações
19 quanto à dificuldade de acesso aos periódicos da CAPES, porém isto é um
20 problema referente a redução ao número de base de acesso. O servidor informa
21 que houve uma redução do repasse em relação ao contrato de periódicos e isto
22 levou a redução de acesso. A presidente informa que o Valter e o Robson estão
23 disponíveis para ensinar os alunos como acessar os periódicos da CAPES. A
24 presidente coloca em apreciação o item e subitem **3. CÂMARA SETORIAL DE**
25 **ENSINO. 3.1 Normatização da Política de Criação e Gestão dos Centros e**
26 **Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão.** O relator Vandersézar apresenta as
27 considerações e propostas de alteração quanto ao parecer favorável **Parecer**
28 **004.2016-CSE**, sendo que os proponentes acatam as indicações sugeridas. O
29 relator Luiz Fernando apresenta as considerações da comissão e apresenta as
30 sugestões de alterações de artigos constantes no **Parecer 005.2016-CSEC**. O
31 professor Rodrigo esclarece quanto aos artigos terceiro e nono, mas pensa que
32 é possível atender as recomendações. O relator Rodrigo procede à leitura do



01 **Parecer 001.2016-CSPP** e as considerações e sugestões da câmara, as quais
02 podem ser acatadas pelo proponente. O conselheiro Luiz Fernando acrescenta
03 sugestões na sub-seção I artigo 12 com período de alternância entre líder e vice-
04 líder. A conselheira Ana pede que seja acrescentada no parágrafo primeiro “líder
05 e/ou vice-líder” e ainda no segundo a delimitação de “10 membros do conselho”.
06 O professor Rodrigo pensa que não se teria problema com a quantidade. Mas a
07 conselheira Ana reforça que em relação a CAPES se apresenta como
08 irregularidade a quantidade de participantes nos grupos. O professor Rodrigo
09 manifesta que sabe que a inconsistência a se dá pelo vínculo em outras linhas
10 de pesquisas. A conselheira Celice corrige afirmando que o termo correto é
11 “casos atípicos” orientando que o grupo seja mais enxuto e interdisciplinar.
12 Agora o que ocorre em Tangara da Serra é que é formado por todos os líderes,
13 que são seis, pensa que o número de participantes não é muito preocupante,
14 pensa que é preciso que os participantes fiquem apenas no grupo que está
15 contribuindo mais. A presidente sugere que o parágrafo segundo e primeiro seja
16 apenas parágrafo único. O professor Porto manifesta que está minuta foi um
17 grande ganho para a instituição com a possibilidade de institucionalizar um
18 grupo ou centro dentro de todas as pró-reitorias. Proposta: unificação dos
19 parágrafos. O conselheiro Luiz Fernando sugere na sub-seção II artigo 14 a
20 retirada de “projetos”, no parágrafo II, parar em dois anos ou colocar que o
21 mandato do coordenador seja durante a vigência de sua liderança no grupo. A
22 conselheira Helena manifesta que deve ser definido por regimento. O
23 conselheiro Luiz Fernando lembra que não pode haver reeleição. A conselheira
24 Ana sugere que os coordenadores do centro eleito pelos membros dos grupos
25 ou pesquisadores vinculados ao grupo. Proposta: Artigo 14. “membros dos
26 grupos de pesquisa ... Inciso III – acrescentar “anual” para o relatório; que o IV
27 vira cinco ... A conselheira Ana manifesta se seria apreciar ou aprovar? E fica
28 esclarecida que apreciar não significa aprovar. O conselheiro Luiz Fernando
29 sugere alterações na Seção IV artigo 19. A conselheira Ana questiona que é
30 complicado a questão da burocracia para a manutenção do centro. O
31 conselheiro Luiz Fernando pensa que é preciso se regulamentar, para que fique
32 garantido um valor para a manutenção, que é preciso garantir recursos para o



01 centro, que uma vez que amarra o colegiado é uma maneira de se cobrar isto. O
02 conselheiro Gabriel pensa que é interessante amarrar um ao outro é importante,
03 sugere o acréscimo da palavra “preventiva” e incluir no parágrafo único tratando
04 sobre este recurso extra evitando problemas futuros. O vice-reitor reforça as
05 competências do colegiado regional, que se colocar estas questões aqui apenas
06 estaria ratificando o que já está previsto no estatuto. O professor Rodrigo
07 manifesta que não tem sentido manter esta seção, sugere a retirada. O
08 professor Francisco lembra a questão do engessamento das coisas, assim é
09 possível retirar este item, para que qualquer um possa fazer aporte e atender a
10 demanda do centro, sugere a retirada da seção IV. O assessor jurídico sugere
11 que o coordenador elabora o relatório e o conselho superior aprova o relatório,
12 no artigo treze, ainda com alteração no inciso III: “Encaminhar o relatório anula
13 ao DPPF e às pró-reitorias afins”. O conselheiro sugere por questão de redação
14 no artigo vinte e oito, “em” contrário. Sugere que seja adotado o câmpus, os
15 câmpus, e ainda a palavra “subseção”. A conselheira Ana lembra que onde está
16 escrito “semestral” seria “anual”, em relação aos relatórios. Em regime de
17 votação: aprovada com 38 votos favoráveis. A presidente coloca em apreciação
18 o subitem **3.2 Adequação do PPC de Ciência da Computação - Barra do**
19 **Bugres. Parecer 002/2016-CSE.** O relator apresenta as considerações e
20 parecer da câmara, sendo este favorável. O conselheiro Joniel manifesta que
21 encontrou nove problemas no PPC, acredita que para não haver problema de
22 migração sugere que seja gradual a implantação, na página quatro, último
23 parágrafo fere o previsto na normatização acadêmica pelo artigo cento de trinta
24 e sete tem que se fazer a disciplina integral; a exclusão das disciplinas de ética e
25 libras faz parte de qualquer matriz; na página vinte e seis mostra um quadro das
26 disciplinas eletivas fixadas, estas são definitivas? Pois tem um quadro com mais
27 quarenta e nove disciplinas apresentadas; existem artigos na normatização
28 acadêmica que não foram contemplados no sistema SAGU como o caso do pré-
29 requisito parcial; na página trinta um, remanejamento das disciplinas eletivas
30 obrigatórias. Pensa que houve um descompasso nas disciplinas. A distribuição
31 de créditos de cálculo número está diferente entre matriz e ementa. A carga
32 horária de disciplinas multimídia está diferente e por fim falta a ementa da



01 disciplina da sexta fase. O professor Franciano agradece as contribuições do
02 conselheiro e apresenta que o processo foi analisado em dois mil e cinco e não
03 passou pelo conselho, e agora foi feito a reanálise do processo. Considera que
04 está sendo pedida a unificação de matriz, para as disciplinas de 30 horas. Que
05 compreendem a mesma disciplina, porém fragmentadas. Que a proposta seria
06 unificar este ponto. Que o parecer da PROEG é favorável, condicionado as
07 correções sofridas com as unificações. Que não deve ser excluída a disciplina
08 de ética, que o parecer apresenta a autorização das disciplinas mencionadas.
09 Quanto ao quadro de disciplinas eletivas explica que as disciplinas fixadas
10 referem-se aos professores de determinada área, porém esta questão também
11 não foi aprovada por haver divergência de clareza quanto à área da disciplina,
12 que deve haver uma discussão com todos os cursos de ciência da computação.
13 Em relação as disciplinas eletivas não serão alteradas, mas pode se observar e
14 ordenar por questão de estética. O conselheiro Jonie manifesta que entende
15 que não se trata de um outro PPC é apenas a junção de algumas disciplinas,
16 mas entende que com a junção não se teria como aproveitar trinta horas seria
17 preciso fazer a disciplina integral. O conselheiro Ralf entende que estas são
18 discussões feitas por Alto Araguaia, e a dúvida é qual é a referência para
19 analisar o cumprimento da disciplina, que as matrizes estão defasadas pelo
20 previsto em legislação atual. Que todas as discussões são válidas, mas entende
21 que não são mais necessárias. Que atender aos itens previstos na normatização
22 quanto à construção do PPC pode estar comprometida, pois já houveram
23 alterações significativas pelo conselho. A professora Vera manifesta quanto a
24 importância da resolução aprovada e implantada na universidade, pois resolveu
25 muitos problemas no curso de graduação. A professora Rinalda lembra que não
26 se trata de reestruturação do curso e sim reajustes do curso, facilitando a
27 mobilidade acadêmica. Em relação aos pré-requisitos, manifesta uma
28 preocupação quanto aos mesmos e ainda disciplinas à distância. O conselheiro
29 Ralf manifesta que é neste sentido mesmo a preocupação, que se tenha uma
30 matriz única de referência e flexibilizar as especificidades. A professora Rinalda
31 manifesta que não se implementa disciplinas sem consulta apenas para atender
32 ao interesse do professor que voltou da qualificação. O conselheiro Ralf



01 manifesta que é necessário de pensar um roteiro de construção de PPC. O
02 conselheiro Gabriel explica quanto aos pré-requisitos e as limitações da
03 possibilidade de cursos algumas disciplinas e apresenta um exemplo de Alto
04 Araguaia. Que não existe prova de programação, pois o aluno tem que passar
05 na prática e não apenas na teoria. O professor Porto manifesta que o Núcleo
06 Estruturante de Barra do Bugres é um dos núcleos mais atuantes da
07 universidade, e que quando foi separado teoria e prática, seria pensando que
08 teoria pode ser aplicada com mais alunos e a prática precisa ser dividido. O que
09 se pretende é arrumar isso, com o ajuste para correção deste problema. A
10 professora Vera manifesta que é preciso se alcançar a flexibilização de currículo,
11 e que foi encaminhado para o sistema de crédito, alteração da estrutura dos
12 currículos, mas ainda não se alcançou o objetivo. Com se enfrenta o problema
13 para a correção de algumas matrizes, que algumas coisas seriam possível
14 corrigirem internamente. O conselheiro Ocimar manifesta quanto às disciplinas
15 eletivas não deveriam ser engessadas e ainda em relação a eletivas com pré-
16 requisitos, pensa que não se deveria colocar o nome das disciplinas. No
17 aproveitamento de estudos o professor não analisa o rol das disciplinas eletivas,
18 e gera problemas sérios para as secretarias, que é preciso ter cuidado ao
19 aprovar algumas decisões. E que já se preocupa com a questão da
20 implementação da extensão. O professor Marcelo manifesta preocupação com
21 uma definição das disciplinas dentro das áreas, que seria preciso fazer esta
22 consideração, que as questões das provas o aluno poderia resolver com o
23 professor, pensa que todos têm dificuldades de comunicação. O conselheiro
24 Joniel explica que não se cria uma nova versão e poderia criar uma nova
25 disciplina um código novo e desativar as primeiras disciplinas quando não se
26 tiver mais alunos para cursar. A professora Vera manifesta que o que está sendo
27 solicitado é pertinente e para a correção de algo prejudicial levantado pelo NDE
28 do curso. A presidente reforça que é necessário urgente sentar as áreas, que
29 não se pode continuar na “grade” é preciso de pensar na conversa das áreas,
30 pensar no ciclo básico de formação, que é preciso ser mais objetivo, mais
31 focado. O professor Franciano apresenta a ideia das áreas nas disciplinas
32 eletivas e ainda esclarece o parecer e encaminhamentos da pró-reitoria em



01 relação ao PPC do curso e que nem tudo que foi solicitado foi aprovado, o que
02 está sendo votado aqui corresponde ao que foi deliberado pela pró-reitoria e
03 constante em parecer. O conselheiro Steffano manifesta em relação ao termo
04 para o lançamento do aproveitamento, pois não é possível limitar se são de
05 programação, então não seria possível lançar outras disciplinas. O professor
06 Franciano informa que este ponto não foi aprovado. Em regime de votação:
07 aprovado com 33 votos favoráveis, 02 votos contrários e 01 abstenção. Registra-
08 se a justificativa de voto do conselheiro Gabriel: “Não estou totalmente de acordo
09 com o PPC e suas alterações, nem com o parecer 002/2016-CSE”. A presidente
10 coloca em apreciação o subitem **3.3 Adequação do PPC de Comunicação**
11 **Social - Alto Araguaia. Parecer 001.2016-CSE.** A relatora Rinalda esclarece
12 que a adequação se deu em decorrência das exigências do conselho de
13 educação, sendo apenas realizadas as alterações quanto à nomenclatura do
14 curso e outras apresentadas pela relatora. O relator Vandersézar apresenta
15 considerações quanto ao **Parecer 001.2016-CSE.** A presidente coloca em
16 discussão, não havendo manifestação dos conselheiros passa-se ao regime de
17 votação: aprovado com 34 votos favoráveis. A presidente coloca em apreciação
18 o subitem **3.4 Adequação do Quadro de Equivalências entre disciplinas do**
19 **Curso de Letras – Alto Araguaia. Parecer 003.2016-CSE.** A relatora Rinalda
20 esclarece quanto ao parecer da PROEG e as justificativas da necessidade de
21 adequação. Em regime de discussão o conselheiro Joniel manifesta ter
22 dificuldades de aprovar como este ai colocado, pois quando se fala em
23 equivalência no caso da literatura de língua portuguesa e contemporânea, que
24 entende não haver equivalência. A professora Vera manifesta quanto as
25 considerações do conselheiro e explica as particularidades nos currículos em
26 geral de letras. O conselheiro Joniel pergunta se existe uma relação equivalente
27 entre as duas, e fica esclarecido pela professora Vera que isto varia de acordo
28 com a compreensão de cada professor, que se o estudo fosse a língua daí sim
29 se daria para discutir isso. Que na literatura se trabalha a relação entre os
30 textos. O conselheiro Isaias esclarece que foi pensado os créditos a partir do
31 que os alunos já haviam estudado. O conselheiro José Lima pede
32 esclarecimentos quanto ao quadro de mudança, ficando esclarecido pela



01 professora Rinalda. Em regime de votação: aprovado com 34 votos favoráveis. A
02 presidente coloca em apreciação o subitem **3.5 Adequação do PPC de**
03 **Agronomia - Cáceres**. O relator Franciano esclarece quanto as adequações
04 que se referem a alteração de carga horária de uma disciplina, redação, créditos
05 em algumas disciplinas, reanálise da equivalência das disciplinas e correção de
06 nomenclatura de disciplinas. O relator Vandersézar apresenta quanto ao parecer
07 da câmara setorial de ensino e manifesta parecer favorável à adequação. Em
08 regime de discussão o conselheiro Joniel orienta para a correção da carga
09 horária total de 480 horas uma vez que se trata de oito disciplinas com sessenta
10 horas. Em regime de votação: aprovado com 35 votos favoráveis. **3.6**
11 **Adequação da distribuição da carga horária das Atividades**
12 **Complementares do Curso de Administração - Sinop**. O relator Franciano
13 tece suas considerações e apresenta o parecer da PROEG fundamentando-o,
14 tornando os conselheiros esclarecidos quanto à adequação proposta. O relator
15 Vandersézar esclarece as considerações da câmara e apresenta parecer
16 parcialmente favorável a adequação condicionada às correções sugeridas pela
17 PROEG. A conselheira Helena questiona se seria preciso retornar ao conselho
18 casos como este de pequenas alterações ou alterações por exigências legais,
19 não seria apenas de ordem do NDE. Entretanto, a professora Vera manifesta
20 que é preciso incluir quando da aprovação do curso o documento do conselho e
21 poderia o conselho já autorizar estas alterações. A conselheira Helena pensa
22 que poderia ser mais ágil esta questão. Em regime de votação: aprovado com 35
23 votos favoráveis. A presidente coloca em regime de apreciação e discussão o
24 subitem **3.7 PPC de Licenciatura em Educação Física - Diamantino**. A
25 relatora apresenta a questão do PPC ser exatamente a mesma matriz do curso
26 de Cáceres e ainda tece outras considerações. O relator Vandersézar apresenta
27 as considerações e parecer favorável na íntegra. Em regime de votação:
28 aprovado com 35 votos favoráveis. A presidente coloca em apreciação e
29 discussão o subitem **3.8 PPC de Bacharelado em Medicina - Cáceres**. O
30 relator Franciano esclarece que não se trata de adequação e sim uma total
31 reestruturação, que está sendo revisto desde 2014, para atender as normativas
32 internas da instituição e externas. Esclarecendo outras questões inclusive



01 pedagógicas da metodologia de ensino do curso, esclarecendo a alteração da
02 carga horária, atendendo o mínimo da resolução. O relator Vandersézar
03 apresenta o parecer favorável na íntegra. Não havendo discussão passa-se ao
04 regime de votação: aprovado com 35 votos favoráveis e 01 abstenção. Registra-
05 se a justificativa de voto da conselheira Helena: “desconheço as disciplinas e
06 interações necessárias. Assim, não me sinto autorizada a votar”. A presidente
07 coloca em apreciação o subitem **3.9 Criação do Regimento Interno dos**
08 **laboratórios - Nova Xavantina**. A relatora Rinalda esclarece e justifica quanto
09 as necessidades do regimento e esclarece que esta proposta atende as
10 diretrizes nacionais e internas da universidade. Em regime de discussão o
11 conselheiro Vandoir pede que seja “substituído o Laboratório de Águas por
12 Laboratório de Hidroecologia e a acrescentar o Laboratório de Máquinas e
13 Mecanização Agrícola”. Em regime de votação: aprovado com 35 votos
14 favoráveis. A presidente coloca em apreciação o subitem **3.10 Criação e**
15 **Regulamentação do Laboratório de Ensino - Juara**. A relatora Rinalda
16 esclarece as necessidades da diretriz nacional a necessidade do laboratório de
17 ensino e as diretrizes nacionais. Em regime de votação: aprovado com 35 votos
18 favoráveis. A presidente apresenta a situação do câmpus de Luciara,
19 esclarecendo que trabalha com o formato de cursos alternados, inexistindo
20 repasse financeiro da UNEMAT para o câmpus e que há cinco anos foram
21 aprovados cursos, que as turmas colaram grau. E assim algumas propostas aqui
22 são em atendimento as necessidades imediatas do estado. E coloca em
23 apreciação os subitens: **3.11 Curso de Licenciatura em Sociologia –**
24 **Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia; 3.12 Curso de Licenciatura**
25 **em Filosofia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia; 3.13 Curso de**
26 **Licenciatura em Física – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia;**
27 **3.14 Curso de Bacharelado em Zootecnia – Faculdade Multidisciplinar do**
28 **Médio Araguaia**. A professora Vera tece suas considerações quanto às
29 necessidades de formação profissional de uma área carente de Química e Física
30 para atender a demanda, acrescenta que para o curso de Zootecnia teve auxílio
31 do pessoal de Pontes e Lacerda. A relatora Rinalda tece suas considerações
32 quanto à preocupação com a carga horária, que os cursos têm alguma coisa em



01 comum. E ainda manifesta que se teve um carinho especial para os cursos. Em
02 regime de discussão. A conselheira Helena questiona se atende as orientações
03 de Parceladas e se tem recursos externos. O professor Luiz Antonio apresenta
04 que a rotatividade dos cursos é muito interessante para atender a necessidade
05 da região. Que no começo era mantido com recursos da prefeitura, que quando
06 se propôs abrir um curso regular optou-se para não abrir um último curso, e sim
07 oito turmas únicas de cursos diferenciados. Que em relação a valores um curso
08 com oito turmas ou oito turmas únicas seria mais relevante, que entende que
09 esses cursos agora correspondem a mesma forma adotada, termina-se quatro
10 turmas e inicia-se mais quatro turmas. Que tem convênio com a prefeitura para
11 equipar o câmpus, laboratórios e outros. A conselheira Helena questiona se irá
12 abranger Confresa e Vila Rica. O professor Luiz Antonio informa que o curso não
13 é do local e sim da região do Médio Araguaia e o curso acontecerá no local com
14 melhor infraestrutura para os cursos. A presidente consulta o conselho: se a
15 discussão seja um a um ou por bloco. Em regime de votação: aprovada a
16 proposta de análise um a um 23 votos favoráveis e 15 votos contrários. Passa-
17 se assim a apreciar o subitem **3.11 Curso de Licenciatura em Sociologia –**
18 **Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia.** O professor Francisco
19 manifesta que em relação ao câmpus de Luciara funciona assim, e que em
20 relação a financeiro o valor é pequeno frente aos alunos formados. O
21 conselheiro Vandoir solicita que seja informado quantos alunos ingressaram e
22 quantos formaram. O professor Luiz Antonio informa que para os cursos que
23 terminaram foi em torno de dez por cento de evasão. Em princípio de pensava
24 em baixa qualidade, mas isto já foi superado com os números do ENADE e
25 aprovação em pós-graduação, e atribui a pouca desistência e motivação por ser
26 turma única. O professor Evaldo esclarece que os cursos em turmas únicas, foi
27 feito um levantamento em relação a evasão e reprovação de dezoito por cento.
28 Que pelos alunos só terem aquela oportunidade estão mais ligados evitando a
29 reprovação. O professor Luiz Antonio manifesta que em se tratando da região do
30 Araguaia esta questão muda um pouco por não ter opção de continuar o curso
31 em outra instituição. O vice-reitor manifesta os resultados alcançados com esta
32 modalidade de curso na região. A presidente esclarece o papel fundamental da



01 Universidade na região o que ratifica a professora Vera, acrescentando
02 considerações quanto aos números de alunos em um curso regular, e em
03 relação ao número de ingresso nem sempre se preenche as vagas. Que os
04 cursos de filosofia e sociologia tem uma base comum de formação e que seria
05 interessante se pensar esta proposta a ser desenvolvida em outros câmpus. Que
06 este câmpus tem muito a nos ensinar quanto à permanência dos alunos dos
07 cursos até a colação de grau. O conselheiro Emivan tece algumas observações
08 por ser da região e conhecer as dificuldades dos alunos e que em 1992 chegou
09 a assistir a uma aula nas parceladas, e que naquela época não se tinha
10 oportunidade de cursar ensino superior e foi de grande importância a ida da
11 UNEMAT para lá. E com isso, se passou a ter professores formados para
12 atuarem naquela região. Registra a experiência de mais de vinte anos e isto
13 precisa ser valorizado. Parabeniza as pessoas envolvidas por ficar naquela
14 região e contribuir com o desenvolvimento dos alunos daquela região. O
15 conselheiro Gabriel manifesta que não tem nada em contrário quanto a
16 modalidade de oferta, porém pensa que não se pode comparar o curso regular
17 com um curso de parceladas. A professora Vera manifesta que de fato as
18 páginas não estão numeradas, que as propostas foram construídas antes da
19 greve, e ainda a questão de quarenta alunos já havia observado este detalhe. E
20 quanto à organização e envolvimento da prefeitura esta presente com a cessão
21 de funcionários, contribuem com realização de eventos além de outras
22 contribuições de infraestrutura. Que não se resolveria a questão da baixa
23 procura com a substituição da modalidade de oferta, que se tem a preocupação.
24 O professor Rodrigo manifesta que em 2012 foi discutida a questão da demanda
25 e do atendimento destas envolvendo todos os câmpus, e que em relação de
26 Luciara fico naquela época acordado que não se deixaria de apoiar o formato
27 desenvolvido lá. O professor Alexandre Porto informa que desde 2013 é membro
28 dos conselhos e que desde esta época se discute o programa Parceladas com
29 desconhecimento. E parabeniza o trabalho do Tunico e do Flávio lá, que sempre
30 afirmou que o Terceiro Grau Indígena era o de melhor que a UNEMAT faz e hoje
31 afirma que são duas o câmpus de Luciara. A conselheira Socorro manifesta a
32 experiência vivenciada durante a formação de duas turmas de história e teve a



01 oportunidade de saber uma função humana da universidade lá e depois
02 institucionais. Que valeu a pena inclusive para formar a instituição e instituir sua
03 força. Que no Araguaia quem defende a UNEMAT é o povão e que boa parte
04 das pessoas que formaram continuam lá e ocupam espaços para defender a
05 região. Que estes cursos não significam expansão, sendo que já foram
06 concluídos os outros. A conselheira Helena solicita como está sendo pensada a
07 questão da contratação uma vez que na UNEMAT não tem recurso. O professor
08 Luiz Antonio esclarece que em relação a qualquer ação do câmpus é levado em
09 conta os gestores, porque para se desenvolver os cursos é preciso do apoio,
10 seja com ônibus para deslocamento de alunos, aulas de campo e outros. Em
11 relação à contratação de professores tem havido uma grande procura de
12 interessados de profissionais de dentro e fora da UNEMAT. O conselheiro Hélio
13 defende a ideia não só do curso como da modalidade de ensino, que o estado é
14 muito grande e que a insistência de ficar ofertando os mesmos cursos todos os
15 semestres é um problema, que a alternativa de ofertar cursos diferentes é muito
16 interessante. Que pelas características do estado não é possível deixar de
17 defender a ideia. Questiona se seria possível esta modalidade se expandir para
18 outros câmpus. O relator Vandersézar apresenta as considerações e parecer da
19 câmara de ensino sendo favorável. Em regime de votação: aprovado com 33
20 votos favoráveis e 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do
21 conselheiro Jesus: ““Abstenho-me por: 1. Irregularidades formais do processo; 2.
22 Ausência de estudo de demanda e ausência de esclarecimentos quanto aos
23 critérios de escolha pelo curso proposto; 3. Divergências quanto ao número de
24 vagas, pois, à pg. 07 informa-se 40 (quarenta) vagas, porém o parecer 08/2016
25 – Reitoria indica 50 (cinquenta) vagas”. A presidente coloca em regime de
26 discussão o subitem **3.12 Curso de Licenciatura em Filosofia – Faculdade**
27 **Multidisciplinar do Médio Araguaia**. O relator professor Vandersézar procede
28 a relatoria do parecer da câmara de ensino manifestando aprovação na íntegra
29 da proposta. O conselheiro Jesus manifesta quanto a divergência de número de
30 vagas, se é de quarenta ou cinquenta. A professora Vera afirma que todas as
31 turmas especiais e fora de sede são de cinquenta vagas. Em regime de votação:
32 aprovado com 33 votos favoráveis. A presidente coloca em regime de discussão



01 o subitem **3.13 Curso de Licenciatura em Física – Faculdade Multidisciplinar**
02 **do Médio Araguaia**. O relator Vandersézar manifesta parecer favorável na
03 íntegra da proposta. A presidente informa que será preciso após a correção da
04 PROEG é preciso que o câmpus/diretoria da faculdade/curso faça as correções
05 devidas para encaminhar ao conselho. Em regime de votação: aprovado com 34
06 votos favoráveis e 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do
07 conselheiro Jesus: “Abstenho-me por: 1. Irregularidades formais do processo; 2.
08 Ausência de estudo de demanda e ausência de procedimento de escolha do
09 curso”. A presidente coloca em regime de discussão o subitem **3.14 Curso de**
10 **Bacharelado em Zootecnia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia**.
11 O relator apresenta as considerações da câmara com parecer favorável na
12 íntegra pela proposta. O conselheiro Edson parabeniza a iniciativa e manifesta
13 que existe alguns problemas com relação a carga horária e outras questões que
14 já foram alteradas no PPC do câmpus de Pontes e Lacerda. O professor Luiz
15 Antonio informa que em princípio a ideia era um curso de Agronomia, daí para
16 não confrontar interesses de curso, se pensou em atender a demanda da região
17 com o curso de Zootecnia para atender os dois lados: da criação e
18 preparação/alimentação. Relata a visita aos parceiros para campo de estágio,
19 estudos e tecnologias desenvolvidas. Que seria colocado o estágio no primeiro
20 semestre, porém não se teria como, daí se optou por colocar o estágio a partir
21 do quinto semestre para desenvolver nas fazendas e empresas da própria
22 região. Que tem um zootecnista na região de Vila Rica com muita experiência
23 nesta questão de estágio por trabalhar em empresas que atendem alunos da
24 UNESP para realização de estágio. Que em relação a carga horária total do
25 curso foi avaliado uma média. A conselheira Helena questiona a discrepância de
26 carga horária das formações complementares, pode ser revisto em lei para ver
27 que não tem algo errado aqui, que existe muitos pré-requisitos e deveria se
28 reduzir isso. Esclarecendo algumas áreas e a não necessidade de tantos pré-
29 requisitos e complementos na nomenclatura de bioquímica. Não está claro o que
30 seria as atividades complementares para um zootecnista. Que é preciso se falar
31 da vegetação típica do local é preciso se trocar algumas disciplinas votadas para
32 isso, talvez a sociologia com ênfase a varjão. Um aparte do conselheiro Luiz



01 Fernando, que lembra sobre a resolução onde trata de apenas trinta por cento
02 de pré-requisitos. A presidente solicita à PROEG que faça uma solicitação de
03 portaria para o reitor para que seja constituído dois representantes de cada
04 curso/área como consultores, seriam os *ad hoc*. O conselheiro Kleber manifesta
05 que está preocupado com o PPC, com várias alterações e questiona onde serão
06 desenvolvidas as análises de laboratórios? Sendo esclarecido pelo professor
07 Luiz Antonio que serão desenvolvidos nos laboratórios dos parceiros e também
08 existe a prática de se trazer os alunos para aulas laboratoriais em outras IES ou
09 mesmo em outro câmpus da UNEMAT. O conselheiro Edson manifesta ser a
10 favor do curso e o que preocupa é esta distância que os alunos terão que
11 percorrer para fazerem aulas em laboratórios e o percurso do professor. O
12 professor Luiz Antonio manifesta que a parte financeira será apresentada no
13 CONSUNI, dentro da viabilidade e, que quando um professor for trabalhar já
14 inclui passagem e diária previsto na planilha de custo do curso. Agradece a
15 compreensão dos conselheiros e faz convites a todos para que conheçam a
16 experiência do Araguaia. Que cada um tem sua especificidade, que cada um
17 tem seu modelo de curso. Agradece as contribuições. A professora Vera
18 manifesta que o curso de Pontes e Lacerda é fundamental para o
19 desenvolvimento deste curso e como pró-reitora pede desculpas por não ter
20 passado pelo curso e questiona se há interesse dos dois presentes aqui em
21 participar e contribuir com este projeto. O acadêmico Walter questiona se será
22 garantido um ônibus de qualidade para o deslocamento. O professor Luiz
23 Antonio manifesta que em todas as viagens que mencionou não foi com ônibus
24 da universidade e sim custeado com recursos de parceiros, e com ônibus leito. A
25 conselheira Helena sugere que sejam olhadas outras coisas e propõe a retirada
26 do projeto para adequação. O professor Luiz Antonio manifesta que não foi pego
27 uma cópia mal acabada, foram feitas várias discussões e pensa que alguns
28 ajustes sim, mas o que está proposto está dentro da legislação. A conselheira
29 Helena manifesta que parece que o que está proposto não parece que atende às
30 atualizações do MEC. O professor Franciano esclarece que não se tem técnicos
31 em todas as áreas mas existe um currículo previsto pelo MEC a ser obedecido e
32 estas legislações foram obedecidas. A conselheira Helena pede esclarecimentos



01 | como serão dados os encaminhamentos se aprovado, se será feita as
02 | adequações sugeridas. A presidente manifesta que acata na íntegra a orientação
03 | da professora Helena e que se passe pelo olhar dos colegas Kleber e Edson,
04 | porém esclarece quanto ao tempo para se apreciar no CONSUNI. A professora
05 | Vera manifesta que já serão acatadas as sugestões da professora e que gostaria
06 | que para este curso a realização do vestibular juntamente com os demais cursos
07 | aprovados. Em regime de votação: aprovado com 31 votos favoráveis, 01 voto
08 | contrário e 02 abstenções. Registra-se o voto contrário do conselheiro Eder: “O
09 | PPC do curso foi realizado sem a participação do único curso de Zootecnia da
10 | universidade. Os alunos terão que andar 1800 Km (!!!) para aulas de laboratório.
11 | Os professores terão que andar 1800 Km (!!!) para ministrar aulas. A carga
12 | horária é inferior ao único curso existente. Os alunos irão a campo (estágio) em
13 | período diverso (e anterior) ao único curso de zootecnia da UNEMAT. Por estas
14 | razões, votei contrário”. A presidente consulta os conselheiros quanto ao
15 | adiantamento do subitem 3.18. Em regime de votação: sugestão aprovada com
16 | 18 votos favoráveis e 16 votos contrários. **3.18 Minuta de Resolução sobre a**
17 | **configuração dos Colegiados de Cursos oferecidos em Turma Única –**
18 | **Parceladas.** O relator Evaldo esclarece quanto à matéria e as necessidades de
19 | se atender as normativas internas da instituição e assim apresenta algumas
20 | dificuldades para isto nesta modalidade de ensino. Assim, esclarece a minuta de
21 | resolução aqui proposta. O conselheiro Ralf questiona que está voltada para
22 | turmas de parceladas, ficando esclarecido que tem uma faculdade criada no
23 | câmpus. O vice-reitor esclarece que o termo seria vinculado na faculdade
24 | enquanto terminar o curso. O conselheiro Joniel trata quanto à formação dos
25 | colegiados, mas concorda com a composição apresentada. O conselheiro Isaias
26 | questiona se está inclusa a educação indígena, sendo esclarecido que não. O
27 | conselheiro Eder pede esclarecimentos quanto a lotação da faculdade
28 | multidisciplinar, sendo esclarecido que não se trata de lotação e sim vínculo
29 | temporário. Considera que a dificuldade de uma coordenação a longa distância.
30 | O professor Luiz Antonio esclarece que o funcionário é da UNEMAT, seja
31 | contratado por seletivo ou cedido pela prefeitura, que ele passa por um seletivo.
32 | O professor Evaldo esclarece que para as turmas fora de sede está vinculado



01 aos colegiados do câmpus de origem. A professora Vera esclarece que a
02 preocupação tange em quem vai responder pelo curso, então se teve este
03 cuidado, durante todos estes anos foi contado com excelentes parceiros que não
04 eram servidores da UNEMAT. O conselheiro Gabriel fala sobre a importância
05 para a solução de problemas e que seja uma possibilidade de solução mais
06 rápida. Em regime de votação: aprovada com 35 votos favoráveis. A presidente
07 suspende a sessão às vinte horas e trinta minutos ficando deliberado o retorno
08 amanhã a partir das oito horas no mesmo local. Aos vinte e quatro dias do mês
09 de agosto de dois mil e dezesseis às oito horas e minutos a presidente após a
10 contabilização de quórum abre a sessão após os cumprimentos a todos os
11 presentes, e passa a apreciação do subitem de pauta: **3.15 Curso Turma Fora**
12 **de Sede de Bacharelado em Agronomia – Marcelândia-MT**. O relator da
13 câmara setorial de ensino tece esclarecimentos e fundamentações ao parecer
14 favorável na íntegra da proposta apresentada. Em regime de discussão o
15 conselheiro Luiz Fernando tece sua contextualização quanto ao subitem de
16 pauta 3.15 e 3.16, informando que desde 2013 a prefeitura de Marcelândia-MT
17 solicitou os dois cursos e apenas hoje chegou ao conselho pois estava
18 aguardando uma contrapartida estadual para construção de sala de aulas para o
19 Câmpus de Alta Floresta, e que hoje já está em conta parte deste recurso.
20 Contextualiza dizendo que o município de Marcelândia-MT vive da agricultura,
21 pecuária e serviço público, justificando o interesse pelo curso de agronomia
22 visando fortalecer a agricultura e agricultura familiar. Que o curso é presencial,
23 com projeto atendendo todas as diretrizes nacionais, estaduais e internas da
24 universidade. Quanto ao curso de direito justifica a necessidade devido ao
25 número pequeno de profissionais da região e frente ao interesse levantado junto
26 à comunidade. Que foi respeitado todos os trâmites internos na universidade
27 para aprovação da proposta e que a emenda parlamentar foi feita pela Casa
28 Civil. Que quem vai coordenar os dois cursos são professores do câmpus de
29 Alta Floresta, sendo que as aulas de campo serão em Marcelândia e as de
30 laboratório serão realizadas no câmpus de Alta Floresta. Conclui lembrando que
31 é preciso garantir o acesso ao ensino superior à toda população. O conselheiro
32 Ocimar manifesta que se preocupa com a substituição do prefeito e questiona o



01 que foi pensado em relação a esta questão para garantir que o curso não venha
02 a ter prejuízos em seu desenvolvimento. O conselheiro Luiz Fernando
03 acrescenta que existe a lei aprovada de dois mil e quatro, e já está na lei
04 orçamentária do município para dois mil e dezessete. A presidente esclarece
05 que foi procurada pelo então deputado Riva para abrir estes cursos o que foi
06 informado da não disponibilidade da instituição para tal. E que após esta
07 situação foi procurada pelo prefeito e houve interesse da Casa Civil mas que o
08 câmpus de Alta Floresta condicionou a contrapartida para infraestrutura do
09 câmpus, porém não se sabe quem será eleito, assim a proposta é não
10 apresentar ao CONSUNI antes das eleições para aguardar os resultados e
11 assim apresentar após novas discussões com o próximo prefeito. O conselheiro
12 Joniel questiona quanto a carga horária total do curso, apresentando que estágio
13 não compreende atividades complementares. Que na página quarenta e seis é
14 preciso se fazer correções onde consta “direito” sendo este o curso de
15 agronomia. O professor Franciano afirma que se refere ao estágio não
16 obrigatório, sendo reafirmado pelo conselheiro Luiz Fernando. O conselheiro
17 Joniel sugere que seja acrescentado “estágio não curricular”. Em regime de
18 votação: fica aprovado a proposta com 33 votos favoráveis, 03 votos contrários e
19 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Fernando:
20 “Votei pela abstenção por ter sido o proponente da proposta e ser do curso de
21 agronomia em Alta Floresta”. A presidente coloca em regime de discussão o
22 subitem **3.16 Curso Turma Fora de Sede de Bacharelado em Direito –**
23 **Marcelândia**. Em regime de discussão o conselheiro Steffano manifesta
24 preocupação com a forma de estudo de demanda, questionando se realmente
25 haja interesse pelo curso de direito. O conselheiro Luiz Fernando manifesta que
26 o câmpus de Alta Floresta só poderá ofertar cursos como turma fora de sede
27 dentre aqueles executados no câmpus, e o que foi mais apontado corresponde
28 ao curso de direito. A professora Vera manifesta que toda vez que se traz para o
29 conselho discussões de abertura de curso existe a preocupação com os cursos
30 de formação de profissionais liberais, inclusive apontado no estudo de baixa
31 demanda, onde desponta o interesse desses cursos e não dos cursos de
32 licenciatura. Que se trata de interesse em atender a demanda e ainda a



01 possibilidade de ampliar a infraestrutura do câmpus. O conselheiro Steffano
02 manifesta que se poderia apontar que outros cursos também são relevantes e
03 não apenas direito. A presidente informa que em Marcelândia houve um
04 envolvimento da câmara municipal, CEFAPRO, prefeitura e outros, e que para
05 as turmas fora de sede sempre há o interesse pelos cursos de medicina, de
06 direito, engenharia e administração. Mas a preocupação maior refere-se a
07 cursos regulares onde se abre concurso para docentes e depois não se tem
08 demanda, a exemplo de turismo em Nova Xavantina. Que a turma fora de sede
09 é menos grave neste sentido. O conselheiro Jesus diz que foi fantástico a fala do
10 Steffano. O professor Luiz Antonio apresenta que a modalidade de turma fora de
11 sede é uma estratégia da universidade. É uma possibilidade da prestação de
12 serviço sem se comprometer o orçamento já existente, que esta forma que o
13 câmpus de Alta Floresta está fazendo é uma possibilidade de se estruturar. Que
14 no interior do estado o profissional advogado está trabalhando em setores de
15 interesse público como setor de tributos, controladoria, câmara municipal dentre
16 outros. O conselheiro Eder relembra o caso da turma fora de sede de zootecnia,
17 a turma fora de sede de letras que acabam por contribuir com estruturação do
18 câmpus, porém são dois cursos com baixa procura. Em relação ao curso de
19 direito acredita que sempre haverá demanda, ainda que tenha um número
20 excessivo de profissionais formados, mas a exemplo de Pontes e Lacerda
21 sempre a maior procura é para o curso de direito. O conselheiro Gabriel
22 manifesta-se favorável a modalidade de turma fora de sede, e acredita que o
23 curso de direito haverá sucesso em Marcelândia. Que para as turmas de direito
24 de Alto Araguaia foi significativa a procura para o vestibular. Que para os cursos
25 de baixa demanda do câmpus houve a preocupação em demonstrar a
26 importância de cada um e a necessidade desses profissionais, porém há uma
27 rejeição da sociedade. Que sente falta desse acordo tratado pelo professor
28 Tônico e que várias vezes sugeriu que seja montado projetos para captar
29 recursos externos com empresas que podem ser parceiras. O conselheiro Jesus
30 prossegue sua fala manifestando que não é contra a abertura dos cursos, e
31 questiona qual o interesse pelo curso de Direito, e se o foi feito o estudo de
32 demanda na região. A presidente manifesta que é fundamental as considerações



01 do conselheiro para uma reflexão das modalidades diferenciadas, lembra que
02 são experiências inovadoras desenvolvidas nestes cursos. Que é preciso fazer
03 do diferente, diferente mesmo. O professor Rodrigo acrescenta que foi na
04 audiência pública para decidir os cursos de Marcelândia e que foi levar a
05 proposta dos cursos de letras e pedagogia e que ninguém teve interesse nem
06 em olhar, que se tem um não interesse pelas licenciaturas. Que a ideia é que
07 para estes cursos tem outras formas de conseguir e assim o interesse eram para
08 os outros cursos. Em se tratando de marketing institucional a turma fora de sede
09 representa uma possibilidade de levar a instituição a outros espaços. O
10 conselheiro Hélio lembra que quando jovem pensava nos cursos de direito e até
11 medicina. E que estes cursos sempre são de interesse por se pensar na questão
12 financeira profissional, acrescenta ainda que é preciso se preocupar com o ônus
13 e o bônus da instituição, evitando comprometimentos na realização do curso.
14 Que é possível se fazer um curso de direito menos tecnicista. O conselheiro Luiz
15 Fernando solicita um aparte e contextualiza a questão do programa de ciências
16 ambientais e que acabou por ser comprometido com a questão das matrizes e
17 semestralização, que é possível inovar, mas é preciso a mudança de cada um.
18 O vice-reitor lembra que se caso o convênio não seja cumprido é preciso
19 judicializar para que seja cumprido quando a prefeitura deixa de cumpri-lo. Que
20 há interesse em se fazer o curso de direito, demonstrando números da procura
21 nas turmas ofertadas recentemente, e que é preciso sim formar estes
22 profissionais. O conselheiro Jesus solicita um aparte o que manifesta que não é
23 contrário, mas que é preciso se ter no processo este estudo de demanda e ainda
24 questiona quanto a questão do corpo docente. O conselheiro Marcelo manifesta
25 que se tem possibilidade de outro professor dar suporte caso tenha alguma
26 eventualidade, e isto é importante. Que se tem bastante pessoas formadas na
27 área mas não tem interesse em trabalhar em determinados municípios. O
28 conselheiro Luiz Fernando manifesta que todos os concursados tomaram posse
29 e por outros motivos deixam de atuarem no câmpus, e que existe a demanda
30 dos professores para os dois cursos e ainda existe a possibilidade de se buscar
31 professores de outros câmpus para ministrar as aulas. A professora Vera lembra
32 que este conselho tem uma diversidade de áreas e de profissionais de diversas



01 regiões, e que sempre tem a preocupação onde se encontram profissionais para
02 aturem como docente mas isto é sempre resolvido. Que a discussão é que se
03 tem muitos profissionais em determinadas áreas, mas há que se levar em conta
04 o interesse pessoal de cada um e ainda o movimento da sociedade. Porém é
05 preciso se pensar em como preparar as pessoas para aceitarem todas as
06 profissões, e que todos os profissionais teriam que receber o mesmo salário. Em
07 regime de votação: fica aprovado com 30 votos favoráveis, 05 votos contrários e
08 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Jesus:
09 “Abstenho-me em razão dos proponentes não apresentarem no bojo do
10 processo o estudo de demanda e justificar a escolha do referido curso”. A
11 presidente coloca em apreciação o subitem **3.17 Curso de Licenciatura em**
12 **Ciências Biológicas – Colíder**. O presidente Vandersezar da câmara setorial
13 de ensino manifesta parecer favorável na íntegra. O professor Tales tece
14 considerações quanto ao estudo de demanda e o que mais se destacou em
15 relação a sociedade foram cursos de bacharelados e a secretaria de educação
16 apresentou a demanda do curso de ciências biológicas. E que este curso será
17 na modalidade parceladas, reforçando que tem estrutura laboratorial para
18 atender ao curso, e grande parte de bibliografias. A conselheira Helena
19 manifesta quanto a preocupação da baixa demanda nos cursos regulares de
20 biologia e ainda a necessidade de reformulação do curso para receber sua
21 carteira profissional. Pensa que para licenciatura poderia ser uma carga horária
22 menor, pensa que seria estender o problema, e que seria preciso fazer uma
23 nova formatação. Que na universidade o câmpus de Nova Xavantina é o único
24 curso desenhado para a licenciatura e que a proposta está bem diferente. Tece
25 considerações técnicas em relação as disciplinas do currículo e ainda considera
26 a questão dos créditos a distância. Pensa que seria abrir um curso para
27 concorrer com os cursos já existentes. O conselheiro Joniel trata das disciplinas
28 eletivas obrigatórias, considerando que seria preciso se ter um rol de pelo menos
29 vinte disciplinas para se escolher nove e que a carga horária da oitava fase está
30 errada. O conselheiro Vandoir manifesta que este curso vai ser aprovado aqui e
31 reprovado no CONSUNI, como Colíder vai ficar como Luciara, sem recursos
32 para a execução? O professor Tales tece esclarecimentos quanto aos pontos



01 | questionados. A presidente acrescenta que em relação ao questionamento do
02 | conselheiro Vandoir o CONSUNI manifestou que deveria ser gradualmente
03 | transformado o câmpus de Colíder nos moldes do Médio Araguaia e como
04 | indicativo seria aproveitar os laboratórios disponíveis lá sendo o curso de
05 | Ciências Biológicas a primeira proposta. A conselheira Celice manifesta
06 | preocupação com a abertura de novo curso de biologia, e ainda se preocupa
07 | com a questão das aulas a distância e de TCC ser em duplas apresentados em
08 | pôsteres. A conselheira Ana Bandini questiona a preocupação com a baixa
09 | procura do curso de biologia regular, tece considerações quanto a alguns pontos
10 | no projeto pedagógico do curso destacando problemas em cargas horárias
11 | dentre outros. O conselheiro Luiz Fernando lembra que foi um indicativo do
12 | CONSUNI e que o professor Tales organizou o projeto como sugerido, o curso é
13 | noturno e não irá prejudicar a demanda de Alta Floresta, e em relação ao TCC
14 | em dupla é possível, é uma inovação e pode ser pensado aqui. O professor Luiz
15 | Antonio afirma que a Unemat é e deverá ser dinâmica, e quando se propõe a
16 | mudança nem sempre se sabe se será por bem ou por mal, mas a verdade é
17 | que o tribunal de contas cobra os valores gastos em relação ao número de
18 | alunos e isto fica comprometido. Que o câmpus de Colíder teve coragem de
19 | tocar o dedo na ferida, e que é preciso olhar com carinho esta proposta de
20 | rotatividade de curso, que pode se pensar a oferta do curso com o orçamento
21 | que tem. A professora Vera lembra das discussões de entrega de TCC apenas
22 | em CD, e naquela época foi discutido a possibilidade de ser feito em duplas,
23 | lembra da questão do plágio e das autorias dos TCCs, mas que esta discussão
24 | de como fazer TCC será discutido a seguir. A conselheira Helena afirma que o
25 | curso é dentro do que já existe na instituição e que este precisa ser pensado
26 | dentro deste formato ou que seja proposto as alterações normativas. Ainda
27 | questiona em relação as disciplinas dentro do currículo do curso proposto, que
28 | os cursos de biologia foram construídos atendendo as questões regionais e
29 | pensado dentro deste contexto. A conselheira Ana Bandini afirma que não é
30 | contra a proposta porém questiona como estes cursos se propuseram aqui,
31 | manifesta a preocupação com questões que não são claras, que se existe a
32 | demanda vamos ofertar, mas cursos bem planejados pensados com carinho.



01 Apresenta um estudo realizado para atender o CRBIO e questiona as cargas
02 horárias da proposta, e pensa que se deve ter cautela e não concorda com os
03 TCCs serem em dupla. Questiona como colocar disciplinas a distância em
04 algumas disciplinas de biologia e ainda a prática curricular, lembrando quanto as
05 especificações: ambiente, tecnologia ou saúde, e assim algumas disciplinas para
06 atender o perfil deliberado. A presidente informa que a ABRUEM está chamando
07 uma discussão quanto a empregabilidade. O professor Tales informa que quanto
08 a questão de crédito a distância já se tem esta estrutura para isso, em relação a
09 TCCs isto já acontece na Unemat nos cursos da UAB inclusive com
10 apresentação em pôster. Que esteve em uma visita no porto digital e já existe
11 uma organização interdisciplinar para a prática curricular e trabalho de conclusão
12 de curso. A conselheira Ana Bandini lembra que para o curso de biologia isto
13 muda muito, inclusive se pensando na Iniciação Científica. A presidente lembra
14 que a UAB faz assim por ser já deliberado e é preciso se trazer uma discussão
15 para o CONEPE quanto ao TCC em dupla. Que a discussão nunca foi tão
16 importante e que isto é necessário e no caso em tela vê um PPC a ser revisto.
17 Pensa que está sendo preciso fazer o fórum do currículo para se rever muitas
18 coisas e ainda que nos conselhos existe a preocupação em discutir e apontar o
19 que precisa ser revisto para a oferta com qualidade. O conselheiro Luiz
20 Fernando lembra que é preciso se ter representantes nos conselhos
21 profissionais. O conselheiro Luiz manifesta que por ter sido um indicativo do
22 CONSUNI fica melhor referendado que uma indicação de prefeito ou ainda de
23 outros interesses, e em relação ao TCC pode ser proposto os moldes atuais. O
24 conselheiro Marcelo manifesta quanto a problemática do câmpus e que esta foi
25 discutida, pensada e que se chegou a um curso a ser levado lá, acredita que
26 faltou passar por uma consultoria, mas por outro lado existe um câmpus em
27 Colíder que está ficando sem turma. Que não se pode ser aprovado qualquer
28 coisa mas que não foi feito de qualquer maneira de propósito e que as questões
29 levantadas aqui podem ser resolvidas aqui com os *ad hoc*, e melhorar a
30 proposta. Que em relação aos municípios esses dois cursos são necessários e
31 interessantes e que não se pode deixar de atender isso. Sugere que seja
32 aprovado neste conselho com indicativo de correções. A presidente lembra que



01 em relação a Alto Araguaia existe a dificuldade em discutir o problema do
02 câmpus, já em Colíder a situação foi diferente todos se mobilizaram e buscaram
03 discutir a problemática. Que é uma questão a se ponderar e é preciso achar um
04 modo *operandis* para resolver, o que não se pode é abrir um curso regular e não
05 se ter candidatos para o curso. É preciso ponderar decisões, se retorna para
06 NDE ou o que fazer para ser revista esta matriz, ainda sugere que seja mantido
07 o formato do TCC regular. A professora Vera lembra que se espera fazer o
08 vestibular desses cursos aprovados aqui, agradece a equipe de trabalho e
09 reforça o brilhante trabalho em equipe. Lembra que não se tem assessorias e
10 consultorias para atenderem as demandas, e ainda que será revisto o processo
11 e ainda que existe dificuldades da pró-reitoria para se construir um diálogo com
12 todos os câmpus. Como encaminhamento sugere que seja aprovado esse curso
13 e que este processo passe por revisão com a contribuições e atenção a tudo o
14 que foi apontado pelos conselheiros conhecedores da área, e espera contar com
15 esta assessoria de todos para contribuir na adequação de um curso de
16 licenciatura. O conselheiro Ralf manifesta que esta seria a sugestão a ser
17 indicada, que as questões colocadas podem ser resolvidas, e que pode se
18 pensar esta questão daqui para frente para se chegar o processo a este
19 conselho para os próximos PPCs dos cursos. O professor Alexandre Porto
20 sugere que o professor Tales solicite parecer dos profissionais da área para
21 adequar a proposta. Proposta Ralf: “Proponho que o PPC do curso de biologia
22 seja colocado em votação de modo condicionado à revisão e análise de
23 professores (consultores ad hoc) dos cursos regulares correspondentes ao curso
24 que está sendo aberto, preferencialmente dentre os conselheiros do CONEPE”.
25 A sugestão da conselheira Helena seria uma revisão geral do curso de biologia,
26 que seja feito um fórum para ser onde estão os problemas e descobrir o
27 caminho, inclusive pensa que o curso perdeu o foco. Que sob seu ponto de vista
28 não deveria ser aprovado o curso agora até que seja discutido a questão da área
29 e curso como um todo. A professora Vera lembra que isto já está autorizado pela
30 reitoria e será discutido dentro do encontro de gestores. Em regime de votação a
31 proposta do conselheiro Ralf: fica aprovada com 31 votos favoráveis, 04 votos
32 contrários. A conselheira Helena sugere a professora Ana e o professor Ricardo



01 Umetsu para avaliar o processo como pareceristas *ad hoc*. A presidente coloca
02 em apreciação o subitem **3.19 Minuta de Resolução sobre a configuração**
03 **dos NDEs nos cursos oferecidos em Turma Única – Parceladas**. O relator
04 José Ricardo apresenta a minuta esclarecendo pontos relevantes aos senhores
05 conselheiros. A relatora Solange apresenta quanto a composição do núcleo para
06 parceladas. A professora Vera lembra que aqui é um núcleo docente. O relator
07 Vandersézar manifesta parecer favorável da câmara de ensino na íntegra da
08 minuta em tela. Não havendo discussão passa-se em regime de votação: fica
09 aprovado com 34 votos favoráveis. A presidente coloca em regime de discussão
10 o subitem **3.20 Minuta de Resolução – Execução de procedimentos da Res.**
11 **n. 054/2011 para os cursos oferecidos como Turma Fora de Sede –**
12 **Parceladas**. O relator Vandersézar manifesta parecer favorável na íntegra da
13 minuta após a discussão na câmara setorial de ensino. O relator José Ricardo
14 tece esclarecimentos quanto a proposta constante na minuta e a técnica
15 Solange contextualiza o previsto na minuta de resolução, sendo ainda acrescido
16 dos esclarecimentos do professor José Ricardo. A conselheira Helena afirma
17 que é preciso ficar claro no texto no artigo primeiro para evitar o ingresso em
18 turmas já iniciantes em semestres em andamento, isto quando se coloca
19 “quaisquer módulos”. O professor José Ricardo esclarece a ideia da proposta e
20 ainda se reporta para o *caput* da minuta, que os quaisquer se referem ao
21 primeiro e segundo módulo. O conselheiro Everton sugere que seja colocado
22 “quaisquer dos módulos” supracitados no *caput*. O conselheiro sugere “até o
23 término do segundo módulo”. O conselheiro Eder trata do artigo sexto e sugere
24 alterações para uma única vez e não a cada semestre. O professor José Ricardo
25 retrata que seria uma vez para cada disciplina. A presidente questiona que é
26 preciso rever aqui para se evitar problemas. A conselheira Helena sugere que
27 seja “a qualquer momento uma única vez”. O conselheiro Gabriel reforça que ao
28 se fazer até dois dias após o início da disciplina o aluno não poderá entrar
29 posteriormente. Que pensa que o semestre deveria iniciar quando se tivesse um
30 número razoável de alunos, porque a evasão se dá em razão do ingresso com
31 um mês de curso. A presidente retoma que deve ser discutido agora sobre o
32 artigo segundo. E assim passa a ser discutido e apresentado uma alteração com



01 as contribuições dos senhores conselheiros. Ficando deliberada nova redação
02 ao artigo. Apresenta-se destaque do conselheiro Elias Morgan no artigo quarto,
03 sendo esclarecido pelo professor José Ricardo. A conselheira Helena apresenta
04 destaque no artigo quinto, afirma não ter lógica o aluno ter que esperar um
05 semestre e fazer a permuta. O professor José Ricardo esclarece que isto se faz
06 necessário para regulamentar esta situação, no parágrafo primeiro que trata da
07 permuta, segue-se o raciocínio do direito administrativo, então a igualdade
08 corresponde a igualdade entre os acadêmicos a realizarem a permuta. A técnica
09 Solange esclarece que muitas vezes os alunos estão cursando disciplinas
10 diferentes e aceitando a permuta a Unemat fica obrigada a ofertar a disciplina a
11 este aluno. A conselheira Helena lembra que tanto em uma turma ou em outra a
12 universidade deverá ofertar esta disciplina. A presidente lembra que é preciso
13 dar um conceito de permuta para depois entrar nas especificidades, pensa que
14 para haver a permuta os alunos deverão estar na mesma condição de igualdade.
15 Fica deliberado que deve haver uma adequação na redação do artigo e seus
16 parágrafos. O professor José Ricardo contextualiza quanto ao artigo sexto que
17 não se pode esquecer que as turmas diferenciadas têm disciplinas modulares e
18 no núcleo não se tem professores a todo momento e que o processo é analisado
19 quando inicia o semestre, pode se atender a normatização acadêmica, porém
20 haverá dificuldades da análise. O conselheiro Everton reporta-se ao artigo dois
21 que fala que o aluno só poderia solicitar no semestre seguinte, se o aluno entrou
22 após o ingresso inicial não poderá solicitar no mesmo semestre. O professor
23 Evaldo esclarece como se foi pensado. O professor Everton sugere a alteração
24 na redação. O conselheiro Joniel apresenta a proposta de redação para o artigo
25 sexto: "O aproveitamento de estudos poderá ser solicitado em uma única vez e
26 deverá ser protocolado na SAA a qualquer tempo". O conselheiro Jorge lembra a
27 possibilidade do aluno pedir mais de uma vez já foi discutido pois o aluno as
28 vezes cursa em outra universidade e fica pedindo aproveitamento e apresenta a
29 dúvida quanto ao setor a receber esta solicitação. O conselheiro Eder manifesta
30 que o entendimento é bem diferente do previsto na normatização e ainda que o
31 aluno está impedido de cursar regularmente em duas instituições. A presidente
32 manifesta que é preciso se valer do parecer *ad hoc* e estar sendo atendido de



01 acordo com a necessidade. O professor Francisco lembra que as vezes o
02 processo fica parado aguardando parecer. O conselheiro Gabriel considera que
03 o aluno deva fazer a solicitação apenas uma única vez. O conselheiro Reginaldo
04 solicita um “aparte” para fazer a leitura do artigo da normatização que trata da
05 matéria. A presidente lembra que nada impede que o aluno enquanto não tem
06 uma disciplina possa ir estudando em outro câmpus, inclusive em cursos de
07 verão para se abater em créditos. O conselheiro Isaías manifesta quanto ao
08 protocolo que deve ser apenas uma vez. O conselheiro Marcelo questiona se
09 uma única vez irá resolver o problema. A conselheira Helena manifesta que está
10 havendo uma confusão pois o aproveitamento de estudo é quando o aluno
11 ingressa e estava cursando em outra IES. O conselheiro Ocimar sugere que seja
12 protocolados os processos e enviados a professores ligados ao curso para
13 análise e que deve ser feito apenas uma vez e em caso de discordância pede
14 reanálise, que está se discutindo uma coisa já regulamentada na universidade.
15 O professor Evaldo informa no caso das parceladas não se tem cursos de
16 origem. O conselheiro Eder lembra que houve dois casos de alunas de Cáceres
17 que foram cursar disciplinas em Lacerda para concluir o curso. O conselheiro
18 Everton manifesta que se decidiria pela entrada uma única vez ou mediante a
19 necessidade. Assim sugere nova redação neste sentido. A conselheira Helena
20 não restringiria ao ingresso e sim a qualquer momento uma única vez. A
21 presidente acrescenta a proposta do conselheiro Joniel procedendo a alteração
22 do artigo. O conselheiro Steffano lembra que a preocupação é quando a
23 disciplina seja avaliada. A conselheira Ana Bandini lembra que quando a
24 disciplina vai começar é preciso que o aluno já saiba se ele vai ser dispensado
25 antes do início da aula. O professor Evaldo lembra que se o curso tem um
26 coordenador da área ele mesmo pode fazer. A conselheira Helena afirma que
27 está se perdendo muito tempo para decidir este ponto, que deve ser a “qualquer
28 momento”. A presidente acata a sugestão passando para outro artigo. O
29 conselheiro Eder pede questão de esclarecimento quando se trata de casos
30 omissos ser dirimidos pelas faculdades e não por colegiado de curso. A
31 presidente acata a sugestão e passa-se então a ser colegiado de curso para
32 dirimir os casos omissos e afirma que a equipe deverá fazer uma revisão da



01 | minuta considerando todos os pontos deliberados neste conselho. Em regime de
02 | votação: fica aprovado as alterações mencionadas com 36 votos favoráveis. A
03 | presidente coloca em regime de discussão o subitem **3.21 Minuta de**
04 | **Resolução sobre orientação de TCC de cursos em Turma Única –**
05 | **Parceladas.** O relator Evaldo tece contextualização quanto a minuta deixando
06 | os conselheiros esclarecidos. O relator da câmara setorial de ensino manifesta
07 | parecer favorável na íntegra da minuta. O conselheiro Ralf faz destaque ao
08 | artigo segundo afirmando que está contraditório a resolução vigente. O professor
09 | Evaldo procede as justificativas e ainda o professor José Ricardo lembra que
10 | aqui é uma resolução própria e está na mesma condição de qualquer resolução,
11 | que é possível regulamentar em específico para parceladas. A presidente
12 | encaminha o questionamento quem poderá orientar? É possível haver uma co-
13 | orientação. Pensa que quem pode orientar seja quem já ministrou aulas. O
14 | professor Evaldo apresenta sugestão de alteração do artigo. A conselheira
15 | Helena lembra que o fato do orientador ser externo não se tem como cobrar um
16 | compromisso com o aluno, pensa que poderia se ter um co-orientador, e porque
17 | está definido o orientador receber por esta orientação, e ainda faz menção que
18 | seja escolhido no corpo docente. A presidente informa que o seletivo é feito a
19 | cada semestre e assim não se sabe quem estará trabalhando. O professor
20 | Evaldo esclarece que tem previsto no plano de trabalho o pagamento do
21 | professor de TCC e que não orienta todos os alunos e assim é previsto o
22 | pagamento dos orientadores no plano de trabalho. O conselheiro Elei manifesta
23 | que quanto a quem deve orientar, seja por ordem de prioridade dentre os
24 | professores que já passaram pelo curso. O conselheiro Gabriel manifesta a
25 | relevância de se ter orientador ou co-orientador externo ou vice e versa, e
26 | quanto a questão de pagar não existe pois ele já está recebendo currículo e não
27 | pelo valor a receber. O conselheiro Hélio manifesta que seria interessante que
28 | os orientadores sejam da própria instituição e co-orientadores até possa ser
29 | externo. O conselheiro Emivan lembra que para os cursos regulares o professor
30 | já recebe para isto, agora em turmas diferenciadas uma vez ou outra deverá ir
31 | ao encontro do aluno e isto terá um custo. Questiona que o professor recebeu
32 | um valor pelas aulas e em relação a orientação como ficaria? A conselheira



01 Celice questiona quanto membros constará da banca, ficando claro que são três.
02 A conselheira manifesta que é contra o pagamento da orientação e questiona se
03 irá ser pago co-orientador, ficando esclarecido que não, apenas será pago ao
04 orientador. O vice reitor afirma que nem sempre o professor que ministrou
05 disciplina terá o compromisso de orientar alunos, e assim se não for pago o
06 coordenador do curso terá problemas para ofertar orientador aos alunos.
07 Propostas para orientação do TCC. Conselheiro Elei: “No artigo 2, colocar que
08 as orientações sejam feitas em ordem de preferência por professores que
09 ministram disciplinas na turma, professores da UNEMAT e caso seja necessário
10 professores de outras instituições com formação voltada para área do curso ou
11 temática do TCC. Conselheiro Ralf: “Retirar, no art. 2º, a expressão “... ou de
12 outras instituições”. A presidente constrói uma nova redação ao artigo a partir
13 das considerações dos conselheiros a respeito da orientação. A conselheira
14 Helena reporta-se que quando o orientador seja externo é preciso se ter um co-
15 orientador da instituição efetivo ou contratado. O professor Evaldo reforça que o
16 pré-requisito é ter sido professor de alguma disciplina no curso. Esclarece ainda
17 quanto ao pagamento da orientação pois o professor termina a disciplina e vai
18 embora não tendo compromisso de orientar, não se tem muitos professores para
19 orientar, o professor de TCC não tem esta atribuição, e está previsto no plano de
20 trabalho. O conselheiro Edson manifesta que nos casos de co-orientador se
21 pode ser professor efetivo da Unemat. A conselheira Ana Bandini contribui
22 afirmando que poderá haver orientador externo desde que se tenha um co-
23 orientador vinculado a Unemat. O conselheiro Ralf afirma que todas estas
24 questões já estão normatizadas na resolução trinta e pensa que o constante no
25 parágrafo segundo esta contrariando o vigente. Que havia muitos problemas
26 com orientadores externos, e pensa que neste caso também ocorrerá esta
27 situação. Em regime de votação o artigo segundo fica aprovado a com 33 votos
28 favoráveis, 01 voto contrário. Em regime de votação: Proposta 01: “manutenção
29 do parágrafo segundo”, Proposta 02: conselheiro Ralf: “Retirar o parágrafo único
30 do art. 2º”. Proposta 01. 20 votos favoráveis, Proposta 02. 08 votos favoráveis e
31 01 abstenção. Em regime de votação fica aprovado a minuta com as alterações
32 propostas e acatadas pelo conselho com 34 votos favoráveis, 00 voto contrário e



01 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Ralf: “Me abstive
02 pois se o objetivo da resolução é regulamentar questões que não estão previstas
03 na Resolução 030/2012-CONEPE, a aprovação do parágrafo único do artigo 2º
04 desta minuta aprovada contraria o disposto no Art. 17 da Resolução 030/2012-
05 CONEPE. O correto é que o orientador de TCC seja docente efetivo ou
06 contratado da Unemat e não profissionais externos. A presidente coloca em
07 regime de discussão o item e subitem **4. CÂMARA SETORIAL DE EXTENSÃO**
08 **E CULTURA. 4.2 Regulamentação da criação das Empresas Juniores no**
09 **âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso;** O relator da câmara
10 setorial de extensão e cultura com parecer favorável condicionado as alterações
11 nos artigos quarto, dezesseis, dezessete, e outros mencionados. A presidente
12 coloca em apreciação a minuta e orienta que seja apresentado os destaques em
13 cada artigo da minuta. Artigo primeiro, conselheiro Vandersézar no *caput* alterar
14 “criação” para “funcionamento”; artigo segundo, conselheiro Elei; artigo terceiro:
15 conselheira Helena, Elei e Vandersézar; artigo quarto: conselheiro Vandersézar
16 “reconhecimento”, título “capítulo” conselheira Helena sugere “sob consulta
17 jurídica”, se colocar apenas via edital não poderia se colocar fluxo contínuo. O
18 relator Marcelo esclarece que a ideia seria não sobrecarregar o jurídico evitando
19 o engessamento do processo. O conselheiro Elei pensa que tem um caráter
20 pedagógico e sugere que passe no curso. O conselheiro Luiz Fernando reforça
21 que as linhas de pensamento dos cursos nem sempre corresponde ao interesse
22 da empresa, o colegiado do curso cuida das questões pedagógicas do curso e o
23 colegiado das faculdades cuida das questões administrativas. Artigo quinto:
24 conselheiro Vandersézar apresenta suas alterações ficando transcrita na minuta.
25 O conselheiro Elei apresenta sugestões de alterações no inciso I, alínea a,
26 ficando alterada a redação na minuta. Na alínea “h” também apresenta
27 sugestões de alterações, sendo alterado a redação a partir das contribuições
28 dos conselheiros. Artigo sétimo: conselheiro Vandersézar “reconhecimento”,
29 conselheiro Eder questiona se vai regularizar a empresa primeiro ou vai abrir a
30 empresa. Artigo sétimo: conselheiro Vandersézar “junto a Unemat”, inciso V. não
31 se tem como garantir CNPJ, incluir a questão do plano acadêmico. O
32 conselheiro Elei coloca que é fundamental a participação do docente, sugere



01 que do processo seja constituída professor mediante portaria que estará
02 atuando. A presidente questiona que já está previsto no inciso IV. O conselheiro
03 Vandersézar informa que quem vai ajudar a constituir a empresa júnior seria um
04 profissional de ciências contábeis e advogado. O conselheiro Elei manifesta que
05 desde que a demanda venha dos alunos já começa o acompanhamento dos
06 interesses. O professor Alexandre Porto manifesta que o interesse tem que vir
07 dos alunos. A conselheira lembra que nem sempre o que se propõe é aprovado
08 e em sendo aprovado faz a portaria. Capítulo IV – Conselheiro Vandersézar,
09 exclusão parcial, acatada pelos proponentes. Artigo 18. Conselheiro Elei e
10 Vandersézar sugere alterações de redação as quais foram acrescentadas na minuta.
11 Artigo 19. Conselheiro Vandersézar retirar “membro honorário” com sugestão de
12 nova redação transcrita na minuta. Título do capítulo: alterar a nomenclatura
13 para supervisão docente. Artigo 21. Conselheiro Eder “do colegiado regional”
14 com sugestão de nova redação transcrita na minuta. Conselheiro Elei solicita
15 que se não pode haver uma previsão inicial de estrutura a ser utilizada no plano
16 de trabalho. O vice reitor esclarece que não se dá para prever antecipadamente.
17 O conselheiro Elei pede que seja homologado pelo colegiado de faculdade e o
18 professor Porto esclarece que não seria possível. Artigo 22, inciso III.
19 Conselheiro Vandersézar afirma que não ficou claro a questão da propaganda
20 partidária, sugere transportar texto da lei da empresa júnior. O Assessor Jurídico
21 informa que não se pode deixar claro na sua ideologia mas pode prestar
22 consultoria. O conselheiro Vandersézar sugere a exclusão do artigo e o
23 conselheiro Eder defende a manutenção do artigo. Artigo 23. Conselheiro
24 Vandersézar excluir parcialmente redação, acatada pela mesa. Artigo 24.
25 Conselheiro Vandersézar tece suas considerações que ficam acatadas. Artigo
26 25. Conselheiro Vandersézar excluir o artigo, ou adequar com novo texto
27 proposto, o qual foi acatado. O Conselheiro Eder questiona porque o CONSUNI
28 se é matéria do CONEPE? Fica esclarecido pelo vice reitor que se trata de
29 matéria administrativa. Artigo 26. Conselheiro Vandersézar alterar empresa
30 júnior “reconhecida” excluir parágrafo único. Deve ser destinado a outra empresa
31 júnior. Artigo 27. Conselheiro Vandersézar excluir parágrafo segundo, acatado.
32 Artigo 28. Conselheiro Vandersézar excluir artigo, acatado. Artigo 29.



01 | Conselheiro Vandersézar adequação “junto a Unemat”, acatado. Conselheiro
02 | José Lima correção de redação, excluir em caso contrário e colocar ponto. Artigo
03 | 30. Conselheiro Vandersézar exclusão, acatado. O relator acrescenta que deve
04 | ser mantido. Fica adequado o artigo conforme transcrição na minuta de
05 | resolução. O conselheiro Luiz Fernando não concorda com o colegiado de curso.
06 | Em regime de votação: inclusão do inciso I no parágrafo quarto: fica reprovada
07 | com 09 votos favoráveis, 24 votos contrários e 00 abstenção. Em regime de
08 | votação a minuta de resolução e as alterações sugeridas pelos senhores
09 | conselheiros: fica aprovado com os destaques do parecer e propostas de
10 | alterações com 33 votos favoráveis. A presidente coloca em regime de
11 | discussão o subitem. **4.3 Readequação da política de concessão de Bolsas**
12 | **de Extensão Universitária;** O relator Porto apresenta as correções devidas e
13 | sugeridas na resolução, informando que já se havia vindo descumprindo alguns
14 | pontos desta resolução. Acrescenta que foi previsto extensionista voluntário. O
15 | relator da câmara e o relator proponente em consenso apresentam nova minuta
16 | já com as alterações sugeridas pela câmara para apreciação dos conselheiros.
17 | Os conselheiros fizeram destaques nos seguintes artigos: artigo sexto –
18 | conselheiro Gabriel: inciso III, alteração da nomenclatura do capítulo
19 | “concessão”. Proposta Conselheiro Joniel: “não ter sido reprovado por falta em
20 | duas ou mais disciplinas no semestre anterior”. A conselheira Helena manifesta
21 | que isto é uma forma de exclusão acadêmica. O conselheiro Steffano considera
22 | que reprovado por falta tem que ser considerado. O conselheiro Gabriel
23 | acrescenta que nem sempre ser reprovado por falta é porque o aluno não está
24 | indo à universidade. O conselheiro Helio manifesta que para se concorrer é
25 | desnecessário esta questão. O conselheiro Luiz Fernando manifesta que isto é
26 | uma questão para as bolsas auxílios. O conselheiro Everton lembra que não se
27 | pode pegar exceção e colocar como regra. Em regime de votação a inclusão do
28 | inciso VII: fica reprovado com 01 voto favorável, 32 votos contrários e 00
29 | abstenção. Artigo oitavo, conselheiro Ralf deixar claro que é da Unemat no
30 | inciso I. Artigo nono, conselheiro Hélio sugere continuar como está. O
31 | conselheiro Luiz Fernando sugere que seja projetos institucionalizado e não em
32 | tramitação ou a ser tramitado. Artigo dezoito: Conselheiro Luiz inciso IV adequar



01 redação. Conselheiro Isaias, adequar em relação ao voluntário, apresentar ao
02 orientador do projeto. O conselheiro Gustavo Laet trata da adequação do inciso
03 I. No contexto geral, apresentar relato das atividades desenvolvidas e lista de
04 frequência. Para certificação é importante falar na carga horária mínima de 12
05 horas ou sugere que seja confeccionada portaria. Artigo vinte: Conselheira Ana
06 informa que em relação ao recibo este é entregue direto pelo bolsista, retirar
07 inciso IX. A questão do certificado, deveria ser apenas uma declaração expedida
08 pela PROEC. A conselheira Ana sugere que seja certificado expedido pela
09 PROEC. Adequação do texto, apenas para solicitar a certificação e não expedir.
10 O conselheiro José Lima sugere a supressão “do mesmo”. Em regime de
11 votação: fica aprovado a minuta com respectivas alterações com 35 votos
12 favoráveis. A presidente informa que entre os acadêmicos ficou deliberado as
13 respectivas atuações nas câmaras do conselho, conforme leitura procedida. Em
14 regime de votação: fica aprovado as respectivas composições com 33 votos
15 favoráveis. Fica deliberado que a conselheira Clades passe a compor a câmara
16 de extensão e cultura. Fica deliberado a indicação do docente Luiz Fernando
17 para compor comissão do congresso. Em regime de votação: fica aprovado o
18 nome do conselheiro Luiz Fernando para compor comissão do congresso em
19 substituição ao docente Samuel Laudelino com 32 votos favoráveis. Para
20 compor como representante discente da comissão do congresso fica deliberado
21 o acadêmico Vagner no lugar do discente João Pedro de Albuquerque. A
22 presidente coloca em regime de discussão o item e subitem **5. CÂMARA**
23 **SETORIAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. 5.2 Normatização da**
24 **Política de Criação e Gestão de Programa de Coleções Científicas;** O relator
25 Rodrigo apresenta a contextualização da minuta, fazendo os esclarecimentos e
26 justificativas para a propositura da minuta. O relator da câmara Marcelo
27 apresenta as considerações e expressa parecer favorável com sugestões de
28 adequação. Fica apresentada nova minuta já constando os destaques das
29 conselheiras da área que atuam com coleções. Foi destacado o que se segue:
30 Preâmbulo adequação de redação. Destaque da câmara no artigo segundo
31 adequação da conceituação, acatada com alteração de “acervos científicos”.
32 Artigo terceiro, adequação da nomenclatura e parágrafo único, acatado. Artigo



01 quinto, adequação da nomenclatura e acréscimo do cientificamente. Artigo
02 sexto, adequação de redação apresentando a classificação das áreas/subáreas,
03 acatada. Suprimir a palavra auxiliares de todo o texto, acatada. O conselheiro
04 Everton pensa que não seria preciso colocar esta classificação detalhada. O
05 conselheiro Ricardo pensa que as coleções não poderiam estar tão detalhadas
06 uma vez que as outros não estão estratificadas. Capítulo III adequação de
07 nomenclatura e adequação no artigo sétimo. Artigo nono, adequação de redação
08 e pré-requisitos. Artigo décimo e seus parágrafos, nova redação sugerida pelo
09 professor Rodrigo. Proposta conselheiro Vandoir: “exclusão da alínea b do artigo
10 13”. Em regime de votação: fica reprovado a proposta com 30 votos contrários.
11 Proposta da conselheira Ana: “incluir “manutenção e conservação” no artigo 15,
12 incluir as alíneas a) Garantir a estrutura adequada para as coleções; b) garantir
13 recursos humanos técnicos e administrativos”. O professor Rodrigo manifesta
14 que fica preocupado em amarrar isto e inviabilizar a expedição de uma portaria
15 por não ter como garantir os itens propostos frente a realidade da instituição. Em
16 regime de votação a proposta de inclusão das alíneas “a” e “b” fica reprovada
17 com 02 votos favoráveis, 32 votos contrários. Bem como as demais sugestões
18 de alterações apresentadas pelos conselheiros que trabalham com coleções,
19 pela câmara de pesquisa e pelo proponente; todas discutidas e acatadas pelos
20 interessados e demais conselheiros. Em regime de votação: fica aprovado o
21 parecer Câmara Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação e as alterações
22 propostas, discutidas e acatadas nesta sessão com 34 votos favoráveis e 01
23 abstenção. A presidente coloca em apreciação a inclusão de pauta: “Curso de
24 Pós-graduação *Lato Sensu* em Gerenciamento da Atenção Primária com ênfase
25 em Saúde da Família”. O relator Rodrigo apresenta que o curso não tem custo
26 aos alunos e nem com docentes, com assinatura de termo de gratuidade, a ser
27 ofertado aos profissionais que atuam na atenção primária de saúde. Em regime
28 de votação: fica aprovado a proposta 35 votos favoráveis. O conselheiro Vandoir
29 cobra a questão de ter que viajar no domingo e havia sido aprovado que não se
30 iniciaria na segunda, porém a reitora manifesta que foi em função dos feriados
31 no município. E ainda cobra o relatório de quotas, fica informado pela presidente
32 que para o próximo CONEPE será apresentado. O professor Tales solicita



01 | informação quanto as atividades docentes, e é informado pela presidente que
02 | ainda não será feito um sistema, que a sugestão é que seja feito com formulário
03 | *on line* com acesso ao diretor de faculdade. O vice reitor apresenta quanto a
04 | infraestrutura da instituição, o que está sendo realizado e as necessidades de
05 | cada câmpus. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a
06 | sessão e, eu, Silvana Mara Lente, lavrei a presente Ata, a qual será apresentada
07 | aos conselheiros para aprovação na sessão subsequente, e, assinada pela
08 | Presidente, pela Assessora dos Conselhos Superiores e por mim secretária *ad*
09 | *hoc*.

A SER APRECIADA